

Asemana



COMPANHIA CABO-VERDIANA DE SEGUROS

SEXTA-FEIRA, 11 DE JANEIRO DE 2008 • ANO XVII • Nº 831 • SEMANÁRIO • PREÇO: 100\$00

DIRECTORA: FILOMENA SILVA

PERSPECTIVA 2008

Cabo Verde começa o ano de 2008 sob o signo da sua graduação a país de desenvolvimento médio, marcando com isso uma nova fase na vida da nação cabo-verdiana. Mas 2008 terá, com certeza, outros ingredientes que farão deste um ano único. «A Semana» traça, neste número, uma antevisão de alguns dos factos ou eventos que poderão marcar o ano que ora começa.

Centrais



Victor Fidalgo deixa a CI

Pág. 2



Tensão no MNE DIPLOMACIA CABO-VERDIANA NAS ENTRELINHAS

Pág. 4

ECONOMIA

QUADRA FESTIVA
«MOBILIZA» MAIS DE
1,4 MILHÕES DE CONTOS

Cifrao

DESPORTO

MINDELENSE CONTESTA
CASTIGO A 3 ATLETAS
“Árbitro do diabo”

Lance

Mário Matos coordena
PAICV da Europa

Pág. 15

Hospital da Praia deve
5 mil contos aos serventes

Pág. 19



APRESENTAÇÃO ELECTRÓNICA DE FACTURAS / PAGAMENTO DE SERVIÇOS

Com a GARANTIA, já pode consultar e liquidar as suas facturas nas caixas ATM,
a qualquer hora, em qualquer ponto da Rede **vinti4**



GARANTIA
Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A.

Contacte-nos!



O presidente da Cabo Verde Investimentos, Victor Fidalgo, vai ser substituído por Alexandre Fontes dentro de dias. Incompatibilidades de estilo com o ministro José Brito surgem como a principal razão daquela que acabou por ser uma “saída negociada”. A este jornal, Fidalgo desdramatiza, dizendo que sai sem mágoa e orgulhoso do trabalho que deixa na CI. E, por isso, para os que esperam que ele venha a malhar em Brito ou no governo, avisa: “Que ninguém espere de mim atitudes de trãnsfuga”.

Fidalgo deixa Investimentos

Victor Fidalgo deixa a Cabo Verde Investimentos a partir de 21 ou 22 de Janeiro, depois de participar na Bolsa de Turismo de Lisboa, que decorre de 16 a 20 deste mês. Esta é, portanto, a sua última missão enquanto presidente da CI, depois de quase três anos do seu contrato que deveria terminar em Setembro. O também economista Alexandre Fontes, actual membro do Conselho de Administração da CI, é a pessoa que o vai substituir, de imediato, soube **A Semana**.

A informação da saída de VF da Cabo Verde Investimentos já não é segredo junto dos trabalhadores daquela agência, nem tão-pouco junto de certos operadores, alguns dos quais se mostram apreensivos com a instabilidade institucional que tem caracterizado o sector. Aliás, na viagem que fez à China no final do ano, o próprio ministro da Economia, José Brito, apresentou Alexandre Fontes aos demais membros da comitiva como o próximo presidente da CI, a partir de Janeiro.

Victor Fidalgo assumiu a CI em Setembro de 2005, durante o consulado de João Pereira Silva, para substituir Paulo Monteiro Jr. No período que esteve à frente desta agência, que tem como

função principal mobilizar investimento estrangeiro para o país, conseguiu elevar de forma exponencial o volume de investimentos autorizados, passando de 37 milhões de dólares para 1,148 milhões de euros, algo jamais visto em Cabo Verde, muito embora, convém lembrar, nem sempre “investimento autorizado” signifique “investimento concretizado”. De todo o modo, face a essa performance, e diante também da notoriedade que Cabo Verde hoje possui em mercados como o britânico e outros, o desempenho de Victor Fidalgo é classificado de “excelente” por sectores do governo, inclusive pelo próprio primeiro-ministro.

“O problema é que, por razões de estilo de trabalho e temperamento, os dois (Brito e Fidalgo) não conseguiam pôr-se de acordo, muitas vezes em questões importantes, faltava entre eles a articulação necessária”, lamentou uma fonte. “Na verdade, bem vistas as coisas, há reclamações de lado a lado, de Brito em relação ao Fidalgo e vice-versa. A ter que escolher entre um e outro, o primeiro-ministro teve de optar pela estabilidade governativa, ademais, Brito tem obviamente mais peso que Fidalgo no sistema do PAICV”.

A este jornal, Victor Fidalgo diz deixar a CI com o sentimento do dever cumprido, satisfeito e orgulhoso com o trabalho que conseguiu realizar. “Graças a isso, conseguimos elevar o potencial económico de Cabo Verde”, salienta. “Da minha parte espero que se continue a trabalhar no mesmo sentido, elevando ainda mais esse potencial”.

E, para desdramatizar, VF acrescenta que deixa a CI sem mágoas nem ressentimentos e que, portanto, ninguém deve esperar dele qualquer atitude hostil em relação a quem quer que seja, a começar pelo ministro da Economia: “Que ninguém espere de mim atitudes de trãnsfuga. Admito que tenho um perfil diferente daquele que o ministro José Brito gostaria de ter à frente da CI; temos, para todos os efeitos, abordagens diferentes sobre determinadas questões. Sendo assim, acho normal que ele queira constituir a sua equipa, com gente que pensa como ele, está no seu direito”.

Quadro do Ministério das Finanças, agora que deixa a CI Victor Fidalgo diz que vai continuar a dar o seu contributo pessoal e profissional para a expansão da economia cabo-verdiana, doravante como consultor e possivelmente opera-

dor do sector privado. “Se necessário, vou fazer isso em articulação com o governo. Não tenho forçosamente de estar à frente da CI para continuar a dar o meu contributo para o desenvolvimento de Cabo Verde, que efectivamente se encontra num bom momento”.

Victor Fidalgo, um economista com especialidade em Relações Económicas Internacionais é mestrado em Ciências Económicas, foi embaixador no Senegal, Angola e Alemanha. Com o regresso do PAICV ao governo, foi assessor dos ministros Carlos Burgo e João Serra para a área empresarial, promoção de investimentos privados, além de ter coordenado a cooperação com o Banco Mundial, Badesa, BAD, BEI e Fundo da OPEC. É, ainda hoje, presidente da assembleia-geral da Enacol e da Electra pelo Estado de Cabo Verde.

O novo chefe da CI, Alexandre Fontes, é também economista. Trabalhou com José Brito no tempo da Direcção-Geral do Plano nos anos 80, chegando mais recentemente a administrador do BAD, em Túnis, de onde veio, no ano passado, para primeiro integrar o CA da Cabo Verde Investimentos e agora assumir finalmente a sua chefia.

JVL

Jorge Miranda fala da Constituição

O constitucionalista português Jorge Miranda está em Cabo Verde desde quarta-feira, a convite do Instituto Superior de Ciências Jurídicas e Sociais (ISCJS). O catedrático da Faculdade de Direito de Lisboa deu ontem uma aula, por ocasião dos 15 anos da Constituição da República cabo-verdiana. E apresenta hoje, durante um jantar-conferência, o tema “Sistema de direitos fundamentais na Constituição de Cabo Verde”.

Para assinalar os 15 anos da Constituição da República, o ISCJS iniciou em Novembro de 2007 um ciclo de conferências que deve prosseguir até Março, para, nomeadamente, “promover um mais amplo conhecimento da Lei Fundamental de Cabo Verde, potenciar uma cultura

da Constituição e uma mais forte vontade de Constituição”, refere a instituição em comunicado.

O convite a Jorge Miranda surge nesse âmbito. O constitucionalista, considerado uma das mais prestigiadas personalidades europeias ligadas à ciência do direito constitucional, ministrou, ontem, uma aula aos alunos dos Cursos de Direito e de Serviço Social do ISCJS sobre “os novos desafios do constitucionalismo”.

Hoje, sexta-feira, às 19h30, Jorge Miranda apresenta o tema “Sistema de direitos fundamentais na Constituição de Cabo Verde”, para um público composto de juristas, políticos, universitários e investigadores, assim como jornalistas e

cidadãos interessados nas questões constitucionais. O jantar-conferência será no Tabanka Mar, junto ao Hotel Praia Mar. Os preços são de 3.250 escudos pessoa e de seis mil escudos casal, para quem quiser ceiar, estando assim a conferência aberta ao público interessado, conforme a organização.

O constitucionalista português deverá, ainda, ter uma reunião de trabalho com o Conselho Directivo do ISCJS, tendo como pano de fundo o acordo de cooperação existente entre as duas escolas e o programa trienal (2007-2010) de cooperação definido entre o Instituto cabo-verdiano e a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.



CARREIRA DOS DIPLOMATAS

Os diplomatas e o ministro Victor Borges estão de novo de candeias às avessas, mais uma vez, por causa do estatuto de carreira dessa classe. Os diplomatas enviaram uma carta à tutela, alertando-a para certos direitos que a lei lhes confere. Em resposta, VB acusa os seus subordinados de "conclusão apressada e imaginária", além de deixar nas entrelinhas que podem levar avante a luta que entenderem para fazer valer os seus direitos. "Sempre foi minha posição", diz Borges, "que lutar pelo que se considera justo é um direito inalienável".



Victor Borges "contra-ataca" diplomaticamente

A questão do Estatuto da Carreira Diplomática (ECD), que se encontra em banho-maria desde 2005, volta à cena. Em nome dos seus colegas, três diplomatas (Luís Dupret, Alcídia Araújo e Edna Marta) escreveram uma carta ao ministro dos Negócios Estrangeiros em que expõem um conjunto de preocupações atinentes à carreira. O grupo alerta, para início de conversa, para a necessidade da "observância do imperativo legal" que manda o governo a consultar o Conselho Diplomático sobre as alterações que pretenda introduzir no ECD. Um alerta que corporiza o clima que, conforme noticiou o **asemanaonline** no dia 4, tem o MNECC em polvorosa.

Na carta a que **A Semana** teve acesso, com data de 28-12-07, os diplomatas evocam a CR e a lei para reivindicar um conjunto de direitos que julgam estar a ser postos em causa agora que o ECD volta a estar sobre a mesa. Para eles, "a observância" dos referidos preceitos "é o único meio que lhes permite influenciar, construtivamente, o conteúdo das soluções normativas sobre a carreira que lhes diz respeito".

E, sendo assim, transmitem a Victor Borges que a classe dos diplomatas se orgulha e "sente-se tributária de todas as conquistas diplomáticas em benefício do desenvolvimento de Cabo Verde", razão porque "enjeita quaisquer qualificativos que a conotem com uma atitude de resistência à mudança e de favorecimento do facilitismo".

"De um modo geral", alegam ainda, "os diplomatas concordam com o princípio de se criar condições para melhorar o desempenho da diplomacia cabo-verdiana, nomeadamente através dos instrumentos de gestão da carreira diplomática". Lembram todavia que a "prossegução desse objectivo deve efectuar-se em observância à legislação vigente e no estrito respeito pelos princípios e regras que regulam a administração pública".

Para os subscritores, importa "evitar a banalização da função diplomática", dado que "na origem dos problemas da

carreira inscreve-se, sobretudo, a inobservância dos sucessivos estatutos que mal chegam a ser postos à prova".

Em suma, os diplomatas defendem a preservação da "integridade" do projecto do ECD aprovado em 2005, mas não publicado até hoje, e que uma vez dado à estampa deve "desencadear um exercício de reflexão com vista à identificação das alterações de fundo que vierem a mostrar-se necessárias".

Borges responde

Recorrendo à ironia, na resposta a que este jornal também teve acesso e datada de 3 de Janeiro, Victor Borges diz não perceber a razão da missiva, já que a iniciativa de ouvir os diplomatas sobre o novo ECD foi dele, ministro, isto antes de as eventuais modificações serem apresentadas ao governo para aprovação. "Para mim", remata, "foi uma exigência de cortesia e de transparência!"

Para o ministro, as alusões à CR e às demais leis feitas pelos diplomatas, ainda que "inquestionáveis por razões evidentes, são, no entanto, irrelevantes por estarem baseadas numa conclusão apressada e imaginária". Até porque, recorda também, foi ele a prometer que iria enviar aos diplomatas, durante um encontro com os seus representantes, "propostas" para a nova versão do ECD.

"Terei mesmo dito", salienta VB, "que para facilitar o debate as disposições transitórias seriam distribuídas antecipadamente. Estarão de acordo comigo que não é possível discutir uma não-proposta. Noto, todavia, que mesmo na ausência de conhecimento do (novo) texto já existe um juízo formado segundo o qual as decisões, ainda em estudo, são lesivas aos interesses dos diplomatas".

E mais, VB diz ter detectado nos diplomatas "a preocupação de protecção dos interesses e direitos dos funcionários", atitude com que diz estar de acordo, desde que "as soluções finais" para os problemas que o ECD coloca resultem "de um balanceamento equilibrado dos interesses em jogo".

VB avisa, entretanto, que recusa qualquer "carácter vinculativo" aos pareceres dos diplomatas, pois para ele, ministro, a carta "deixa passar, implicitamente, a ideia de que face às propostas resultantes das consultas, o Governo não tem margem de manobra". É que ele, VB, não descarta a hipótese mudar de opinião ou de posição, "se tal for necessário". E "para isso preciso, naturalmente, dos argumentos respeitantes aos interesses dos funcionários, mas também dos respeitantes à instituição em relação à qual sou suposto defender soluções inspiradas no equilíbrio, eficácia, equidade e mérito".

Ademais, para o titular do MNECC, o problema do mérito é também extensível a "outras questões" não abordadas na carta dos diplomatas, "mas que deverão ser trazidas para o centro da gestão da carreira. Daí a importância da avaliação e da normalização do concurso como prática incontornável para a efectivação das promoções. E gostaria, em nome do princípio do mérito, que as promoções que serão consagradas na próxima revisão do Estatuto sejam as últimas a serem efectuadas por via legislativa".

Na mesma linha, e quanto à proposta dos diplomatas para que seja mantida a versão actual do ECD, o ministro salienta que "o Governo tem o direito e dever de fazer as modificações que achar por bem, num texto que formalmente é um projecto. E sem querer antecipar o conteúdo do novo texto que irá ser distribuído para parecer, reafirmo aqui a intenção de rever as disposições relativas à dupla promoção".

O ministro termina a sua resposta com "uma nota de desdramatização": "E começo por, também, citar a Constituição que dá aos funcionários o direito de 'participação na formação das decisões que lhes digam respeito'. Penso que este direito deve ser exercido com naturalidade e não pode ser utilizado, nem contra nem a favor de ninguém. Sublinho este detalhe para 'desarmar' algum desconforto que leio no olhar de algumas pessoas que

encaram a defesa dos interesses dos funcionários diplomáticos com espírito de entrega. Sempre foi minha posição que lutar pelo que se considera justo é um direito inalienável. E certamente que com esse entendimento o diálogo será desapaixonado, mais fluido e fecundo. Por conseguinte não há, do meu ponto de vista, quebra de lealdade ou de solidariedade. Acreditem-me que não ficaremos nem mais nem menos amigos só porque lutam pelo que consideram ser um direito".

Braço-de-ferro

Enfim, definidas as respectivas posições, **A Semana** sabe que os diplomatas contam reunir-se para decidir o que fazer, doravante. O impasse em torno do ECD é algo que se arrasta desde 2005, quando, por falta de consenso entre o governo e os diplomatas, o presidente da República devolveu ao executivo o diploma em apreço, para uma melhor ponderação. A isso somam-se vários outros problemas existentes no interior do MNECC e que se prendem com o congelamento da carreira, critérios de colocação no exterior, etc.

Este braço-de-ferro, explica uma fonte, decorre também das mudanças que Victor Borges pretende introduzir nos Negócios Estrangeiros, mormente agora que à diplomacia são exigidas mais e importantes responsabilidades. A acreditar na referida fonte, há ministros plenipotenciários e outros diplomatas de topo que sequer são capazes de escrever uma folha de papel, sem falar naqueles que mal conseguem expressar-se correctamente em português, quanto mais inglês, francês e outras línguas. "Foram subindo na carreira adinistrativamente, não falam línguas, não se cultivam - limitam-se a esperar a sua vez de serem nomeados para um cargo numa das nossas embaixadas e passar assim uma boa temporada no estrangeiro. É contra esse laxismo que Victor Borges pretende combater, só que isso não é fácil", conclui.



Ser profeta e diáconos permanentes a caminho

O Bispo de Mindelo anuncia que, nos próximos três anos, a sua Diocese (DM) irá ocupar-se da palavra de Deus. D. Arlindo Furtado acrescenta que, em 2008, ano pastoral do Sínodo dos Bispos de todo o mundo, o seu bispado evangelizará sobre «Ser profeta no Século XXI», e formará diáconos permanentes para os vários serviços da Igreja Católica na região norte de Cabo Verde.

A Diocese de Mindelo vai orientar toda a sua actividade durante o novo ano, tendo em vista o Sínodo dos Bispos, que acontecerá em Outubro de 2008 em Roma, Itália. Trata-se de uma reunião selectiva do Papa Bento XVI com os representantes episcopais de todo o mundo, para o debate de temas previamente determinados. O sínodo versará sobre «A Palavra de Deus na vida e na missão da Igreja». O objectivo é levar os cristãos a assumirem a importância da palavra de Deus no testemunho, na evangelização e na actividade das comunidades.

Com efeito, a DM escolheu,

para os próximos três anos, o tema «A Palavra de Deus». Já para este ano de 2007/2008, segundo explica D. Arlindo Furtado, a sua Diocese vai ocupar-se de motivar o cabo-verdiano a «Ser Profeta no Século XXI». Ou seja, a partir das experiências proféticas do antigo e novo testamentos e do evangelho, o cristão baptizado é chamado a ser profeta hoje. «Profeta: alguém que acolhe a palavra de Deus, assume-a na sua própria vida e passa também a mensagem para os outros em quaisquer circunstâncias. Principalmente nas circunstâncias difíceis e para mostrar como o cristão de hoje é chamado a assumir a missão profética em pleno século XXI, isto enquanto testemunho de Deus».

Mas o bispo destaca que, para 2008, tem ainda em mira uma grande iniciativa, que começa a tomar corpo: a formação de diáconos permanentes. «Trata-se de um grupo constituído por homens casados, estabilizados na vida, empenhados na comunidade, muito responsáveis

e aceites na sociedade. Vamos convidá-los para aceitarem um período razoável de formação teológica e pastoral para, juntamente com as esposas deles, serem ordenados diáconos, que é o primeiro grau de sacramento da Ordem. Serão diáconos em transição para o presbiterado. São ministros ou servos que se disponibilizam a colaborar com o Bispo e os Párocos para realizar diversos serviços na Igreja, como os da evangelização, da catequese, da administração, da acção social, entre outros. Tudo com o objectivo de a Igreja Católica estar presente em todo o lado, de forma qualificada».

O representante máximo da Igreja Católica em S. Vicente assegura que haverá também momentos concretos de formação e partilha de conhecimentos com especialistas de várias áreas, envolvendo nisso os agentes mais responsáveis da pastoral, jovens, as famílias, grupos organizados e as comunidades. Uma comissão diocesana já editou, conforme a

mesma fonte, um desdobrável sobre o novo ano pastoral e vai, depois, apresentar mais propostas e ideias que poderão ser assumidas e desenvolvidas a nível das comunidades de cada uma das paróquias da Diocese.

Para 2008/2009, o prelado indica que a Diocese do Mindelo dará a conhecer em especial a obra do apóstolo S. Paulo. «Vai-se celebrar o jubileu de São Paulo em toda a igreja. Vamos, por isso, ocupar-nos desse grande apóstolo, o maior de todos, e da grande e variadíssima doutrina que ele nos deixou».

Já para 2009/2010, o bispado da região norte do país escolhe a Bíblia enquanto livro de oração para o povo de Deus. «Vamos falar da Bíblia com base nas experiências dos grandes amigos de Deus, que nos transmitem grandes exemplos de diálogo e de oração com Deus, e de como hoje podemos manter a nossa relação próxima e íntima com Deus», conclui o Bispo D. Arlindo Furtado, em entrevista exclusiva a este jornal.

VOTOS PARA 2008



JOSÉ MARIA VARELA

“
Os praienses – e os cabo-verdianos em geral – querem ver concretizados grandes projectos neste ano. Mas estão igualmente preocupados com outros detalhes, pequenos na aparência, mas com grande implicação no seu dia-a-dia. No caso da Praia, por exemplo, espera-se que 2008 traga uma redução significativa da violência e da delinquência juvenil.

”

Confesso que tenho um olhar optimista sobre o futuro, o que me leva a acreditar que este novo ano será ainda melhor do que 2007 porque é essa a vontade e vamos todos lutar para que isso aconteça. É certo que o despertar de 2008 coincide com enormes e novos desafios que preocupam dirigentes e população mas não está provado que os pessimistas têm mais razão do que os optimistas. Acredito nestes alquimistas crioulos que, para além de aprenderem com as cabras a comer pedras, descobriram a “pedra filosofal”. Assim, foi possível vencer séculos de adversidade e transformar em ouro este fragmento de continente, com os quilates necessários para dar este povo e esta cultura.

Para que se concretizem os votos trocados por altura da passagem de ano vai ser necessário muito trabalho, rigor e disciplina. Isto porque, mesmo com pouco mais de uma semana de vigência, já foi o suficiente para a população da Praia entender que o rótulo de “País de Desenvolvimento Médio” não é a panaceia para todos os males. O caso da Electra é disso um exemplo. Faltava cerca de uma hora para o ano velho ir-se embora, quando a cidade da Praia ficou mergulhada num imenso apagão. Assim, muita gente foi obrigada a ultimar os preparativos para receber o novo ano no mais profundo breu. Pensei, são coisas de 2007, é uma ques-

tão de horas e o novo ano irá arrancar com muita energia e repleta de luz, de forma ininterrupta, pelo ano todo. O derradeiro apagão até serviu para dar maior visibilidade ao festival de fogo-de-artifício, oferta da CMP. Mas, virada a página do calendário, regista-se a segunda noite consecutiva com grande parte da cidade às escuras, durante horas. Ainda no início desta semana voltou a repetir-se o mesmo cenário. Enfim, um grande balde de água fria no optimismo... e a certeza de que a Electra tem ainda muito trabalho pela frente. Ficam os votos de que 2008 seja de muita luz e apagões apenas como excepção porque, no escuro, não há graduação a PDM que resista.

Os praienses – e os cabo-verdianos em geral – querem ver concretizados grandes projectos neste ano. Mas estão igualmente preocupados com outros detalhes, pequenos na aparência, mas com grande implicação no seu dia-a-dia. No caso da Praia, por exemplo, espera-se que 2008 traga uma redução significativa da violência e da delinquência juvenil.

No Natal e na passagem de ano – e à semelhança dos anos anteriores –, falar ao telemóvel tornou-se uma missão impossível. As expectativas são no sentido de que a situação não volte a repetir-se e que os preços baixem com a entrada em cena da concorrência. Para além das

telecomunicações, as ligações marítimas e aéreas entre a cidade da Praia e algumas ilhas do arquipélago carecem de melhorias urgentes.

A malha viária da capital já não responde satisfatoriamente face ao aumento do parque automóvel. Há que equacionar e resolver o problema que deriva da falta generalizada de estacionamento, tanto nas áreas residenciais, de lazer, locais de trabalho e comerciais (Plateau, por exemplo). Com a maior parte dos passeios dos novas urbanizações tomados pelos automóveis, devido ao facto de as garagens dos blocos de apartamentos serem inexistentes ou insuficientes, os projectistas e a Câmara devem impedir o agravamento da situação. Quando se comemora os 150 anos da cidade, uma das prendas mais aguardadas é com certeza a entrada em vigor do Estatuto Especial para a Praia por se tratar de um instrumento com potencialidades para equacionar e resolver os grandes problemas que afectam a capital, ajudando dessa forma a reduzir muitos dos pequenos problemas do quotidiano.

Que as próximas eleições autárquicas sirvam para mais uma celebração da democracia, como aliás tem sido todas as eleições realizadas em Cabo Verde. As melhorias introduzidas no Código Eleitoral e o novo recenseamento geral em curso irão contribuir para a transparência e tranquilidade da festa.

001: LICENÇA PARA SER MÃE

“Só há três coisas sagradas na vida: a infância, o amor e a doença. Tudo se pode atrair no mundo, menos uma criança, o ser que nos ama e um enfermo. Em todos esses casos a pessoa está indefesa.”

MIGUEL TORGA

Comprou um carro e quer sair por aí a exibir a máquina? Tem, antes, de obter a competente licença de conduzir. Carta de condução entre nós e «permis de conduire» na língua de Victor Hugo.

Quer construir uma casa? Já tem terreno, projecto de arquitectura e cálculo de estabilidade aprovados, dinheiro para os materiais e para a mão-de-obra? Não tem licença para construir!? Bom... Vai ter que obter licença para construir. Senão, nada feito.

Tem um cão e quer que ele circule livremente na via pública? Tem de ter uma licença.

Quer organizar uma manifestação? Criar uma associação ou um partido político? Pôr de pé um sindicato? Apesar de a lei garantir a liberdade de associação e reunião, vai precisar de uma licença.

Quer ser importador? Exportador? Abrir uma loja? Tem de, antes, obter uma licença.

Quer enterrar um familiar falecido? Tem de obter uma licença.

Mesmo James Bond, o famoso agente secreto ao serviço de Sua Majestade a Rainha da Inglaterra, precisou de uma licença especial para dar cabal conta das suas missões. A famosa 007 – Licença para matar.

Quer ser mãe? Vá lá! Copula, menina! Se fores fértil, nove meses depois estás mãe. Não precisas de licença de ninguém.

Entendo perfeitamente que um fulano não possa sair por aí ao volante de uma possante bomba sem estar devidamente habilitado. Tem de demonstrar que conhece as regras do trânsito, que compreende o essencial dos fenómenos que se manifestam no seu veículo e na estrada, e que é responsável, antes de receber a devida permissão ou licença de conduzir.

Compreendo também que um fulano, lá por ter dinheiro, não pode sair por aí plantando imóveis. Tem de submeter-se aos planos e às regras e obter a competente licença.

Respeito a norma que obriga a que os donos dos cães, para os terem a circular livremente na via pública, devam obter a licença exigida pela postura municipal.

Dá para perceber que algumas autoridades ainda pensem que - apesar das liberdades garantidas pela Constituição e por disposições contidas em leis ordinárias - os cidadãos precisam obter licença das autoridades administrativas. Querem ter mão nas manifestações sócias.

A actividade de importação de bens e serviços, mormente em um país onde o Estado decidiu que é Ele que deve angariar divisas para o pagamento das importações, não pode surpreender as autoridades que gerem o comércio externo. Compreende-se, por isso, que seja preciso licenciar e cadastrar os operadores.

Nem mesmo o cemitério pode ficar por aí aberto a receber cadáveres ao bel-prazer de cada um. Seria muito fácil aos matadores fazerem desaparecer o corpo de delito.

Licença para ser mãe???? Deve estar doido! Diante de uma equação tão simples ($H/M+9=BB$) para quê uma licença? Fêmea fértil (nem precisa ser saudável, maior de idade ou responsável) e macho funcional (não importa se portador de doenças sexualmente transmissíveis, se educado ou responsável) copulam e mandam ver. Deus que permitiu mais uma boca, dará mais um bocado de comida, parece ser o lema dos reprodutores irresponsáveis.

E a criança que vem ao mundo, 40 semanas depois da cópula? Quem assume a sua educação? Quem cuidará da sua saúde (física e mental)? Quem lhe mostrará os valores para uma integração plena na sociedade? Quem a protegerá do assédio do traficante, na sua sanha de aliciar mais um consumidor para o seu negócio? Quem a orientará quando o seu corpo começar a ter sensações novas, avassaladoras e que ela não compreende? Quem consultará quando sentir necessidade de entabular uma relação mais apertada com o sexo oposto? Quem a velará naquelas noites de obstipação, febre, gripe, sarampo, varicela, cachumba? Esses cuidados todos não sugerem a necessidade de aprovação em um cursinho específico para quem quisesse ser mãe? (Poderia referir-me também aos progenitores masculinos. Mas esses não me preocupam tanto. Está mais que provado que uma casa onde impera uma boa mãe é, com certeza, um LAR; e que sem Ela é um grande NADA).

Ser mãe deve ser a função mais complexa com que os seres humanos alguma vez se depararam. Para comandar um exército, o Comandante-em-Chefe conta com todo um estado-maior; para governar um país, o Chefe do Governo conta com um bom corpo de ministros e toda a administração pública, mais o controlo da oposição; para gerir uma empresa, o CEO conta com todo o Conselho de Administração, Directores, Gerentes intermédios e o controlo dos accionistas; para dirigir uma SAD, o presidente conta com toda uma estrutura que vem de trás e que o apoia. E para ser mãe? Principalmente, sendo marinheira de primeira viagem, quando, nove meses depois da prazerosa noite, lhe cai no regaço, uma criaturinha absolutamente dependente dela para tudo e, ainda por cima, portadora de um código de comunicação absolutamente estranho à menina feita mulher? Que os bebés têm uma forma sui generis de dizer que têm fome, que querem fazer cocô, que têm xixi, que querem arrotar. E a menininha feito mãe tem de se pôr a adivinhar até que comece a matar as charadas. Depois, é a fase da

afirmação (do «não porque não» e do «é meu, é meu») e a pré-adolescência. O menino tem de ir à escola e afastar-se do controlo presencial da mamãe. E chegam a puberdade, as tentações, as amizades (com amigos que a mãe nem conhece), os apetites. Tanta coisa e coisas tão complexas. E, pior de tudo, cada caso sendo um caso especial.

Não se exigirá que se monte um curso de graduação, nem uma pós, para uma miúda que queira ser mãe. Mas que as candidatas à maternidade (sejam elas teenagers ou mulheres feitas) precisam saber onde se metem, que devem assumir um compromisso com o filho que vão gerar, que precisam de um feed-back (algo, alguém, autoridade – espiritual ou temporal) ou mesmo de uma aprovação (pourquoi pas?) antes de trazerem mais uma criança para este mundo louco e cheio de perigos, isso precisam.

Preparar as mães cabo-verdianas seria a nossa forma de controlo qualitativo da natalidade. Os chineses fazem o controlo quantitativo (que acaba influenciando positivamente a qualidade); nós podemos nos aventurarmos no controlo da qualidade, que é como quem diz, investir no cabo-verdiano ainda antes da sua concepção. Mães competentes (o ideal seria ter ambos os progenitores preparados para os desafios; mas, fortemente contagiado pelo sucesso das heroínas que são as cabo-verdianas-chefes-de-família-bem-sucedidas, dou-me por satisfeito com uma boa mãe) seriam uma boa base para famílias menos problemáticas, com crianças mais resistentes ao assédio dos traficantes e ao apelo dos gangs, e para uma Nação com futuro.

001 – LICENÇA PARA SER MÃE deve ser o codename das nossas agentes com ORDEM PARA GERAR VIDA. Vão dar de dez a zero aos nossos 009 de trazer por casa. Que esses – os traficantinhos de merda, que medram nas esquinas dos liceus e à entrada dos estabelecimentos de diversão nocturna – ainda que sem ORDEM PARA MATAR, apostam no ANIQUILAMENTO da nossa juventude, não cuidando sequer da possibilidade de poderem estar prejudicando os próprios filhos, sobrinhos, vizinhos e parentes.

Para a salvaguarda do futuro da nossa sociedade - e se pretendemos mesmo reduzir esses 009 da nossa desgraça à mais ínfima expressão - pode bem ser necessário termos que estabelecer regras para a emissão de licenças 001, LICENÇAS PARA SER MÃE. Que a grande verdade é que aqueles que tiverem o azar de chegar a este vale de lágrimas pela mão de uma fêmea qualquer, sem os mínimos para ser uma boa mãe, (por mais bonita e gostosa que seja) acabam sendo carne para o canhão dos mercados da morte: suas cobaias, seus clientes, seus lacaios.



ANTÓNIO LUDJERO CORREIA

“
Preparar as mães cabo-verdianas seria a nossa forma de controlo qualitativo da natalidade. Os chineses fazem o controlo quantitativo (que acaba influenciando positivamente a qualidade); nós podemos nos aventurarmos no controlo da qualidade, que é como quem diz, investir no cabo-verdiano ainda antes da sua concepção.
”

Cerca de 44.500 recenseados, em 14 dias, no censo eleitoral geral. Este é o mais recente resultado do tema que está a marcar a vida política e social em Cabo Verde. A Semana deu uma volta pelos concelhos mais populosos do país para saber do andamento deste processo, conhecer os sucessos alcançados, as insuficiências detectadas. À volta de mil pessoas (recenseadores, coordenadores, operadores, pessoal da DGAPE e CNE) estão envolvidas neste recenseamento, que vai custar mais de 400 mil contos. O objectivo é inscrever 250 mil eleitores e acabar de vez com o fantasma da fraude, que sempre ensombrou os escrutínios da história recente deste arquipélago. E, por isso, a palavra de ordem que mais se ouve por estes dias é recensear!

POR: CATARINA ABREU



Palavra de ordem: Rec

Segunda-feira, são 9 horas da manhã, a fila de pessoas para se recensearem começa a alongar-se à frente da CRE da Praia, no Plateau. A mensagem já chegou a estes eleitores – que todos os cabo-verdianos com mais de 18 anos (ou que atinjam a maioridade até 2 de Março) devem recensear-se. Não interessa se já o fizeram uma vez, pois os actuais cartões de eleitor perdem validade a partir deste novo censo. Também não importa se não constam nas bases de dados das CRE's. O que tem que ser de conhecimento geral é que todo o cidadão tem esse direito e dever.

Recensear toda a gente é o principal “*cavalo de batalha*” das 22 CRE's espalhadas pelo país. Têm 101 kits e brigadas móveis, que se deslocam aos postos de emprego dos eleitores e às localidades mais afastadas. Trabalham das 8h às 18h, sem pausa para almoço, sete dias por semana, por turnos de seis horas cada equipa. O encurtamento dos prazos para o censo eleitoral, que deveria ser de quatro meses (era suposto ter começado em Setembro e terminado em Dezembro do ano passado) faz com que essa tarefa tenha de ser executada na perfeição em pouco mais de dois meses.

MOBILIDADE E NÚMEROS ALCANÇADOS

Uma das características deste método de recenseamento é a sua mobilidade. Dos 21 kits existentes na Praia, cerca de metade movimenta-se pelos bairros e praças da capital, tentando chegar ao maior número de pessoas possível. Até segunda-feira tinham-se inscrito na Praia cerca de 6 mil eleitores, mas essa cifra deve ter crescido consideravelmente desde então.

“*Temos os postos com os kits instalados nos bairros e praças da cidade: Praça di Nós, na Achada de Santo António, Praça Nova Apostólica, na Fazenda, e na própria comissão de recenseamento. Também nos vamos deslocar aos locais onde se concentra um grande número de trabalhadores, à ENAPOR, Assembleia Nacional...*”, explica José Barbosa, presidente da CRE da Praia.

Mas, para este responsável, a meta de atingir os 90 mil eleitores que deveriam ser inscritos na Praia muito difícil-

mente será concretizada, se se mantiver o actual *statu quo*. Apesar dos esforços desenvolvidos pela sua equipa de 168 elementos, “*os kits são escassos, há pouca propaganda para convencer as pessoas de que toda a gente tem que se recensear*”.

Já Armando Varela, presidente da CRE de Santa Catarina, conta que a principal dificuldade do seu concelho está nos meios rurais, “*onde há muitas insuficiências, pois as pessoas não vão aos pontos de recenseamento, que se situam nas agências administrativas, no posto sanitário e nos centros comunitários. E mesmo quando nos deslocamos às suas casas elas mostram muita resistência*”. Para ultrapassar este e outros obstáculos, Varela aposta “*nos avisos nas igrejas, rádios e carros de som para passar a mensagem às localidades mais distantes dos centros urbanos*”.

“*Até segunda-feira, recensearam-se 2210 pessoas. Em algumas localidades a afluência é acima do normal, sendo que há ocasiões em que se formam filas grandes*”, afirma Varela. Oito kits no total têm recenseado uma média de 200 pessoas por dia, apesar da meta inicial ser de 400 eleitores inscritos diariamente, para assim chegar aos 20 mil do total de eleitores dessa CRE.

Um bom exemplo observado até agora em Santa Catarina é o de Ribeira da Barca, que vai à frente neste processo “*pois todas as forças vivas da localidade estão a empenhar-se activamente no recenseamento*”, destaca aquele responsável.

Em São Vicente, na terça-feira, já se tinham recenseado mais de 5200 eleitores nos 17 postos concentrados no centro urbano. A partir de hoje, os kits começam a viajar até São Pedro, Salamansa e outras localidades mais distantes da ilha. O objectivo de São Vicente é chegar às 47 mil pessoas inscritas no censo geral, com uma média de mil por dia, pois “*caso contrário, todo o processo pode ficar comprometido. Mas é o número que temos conseguido nos últimos dias*”, adianta Hermes Costa, presidente da CRE são-viceentina.

No Sal, há quatro kits fixados em Espargos, Ribeira Funda, África 70 e Hortelã, e Gilberto Évora, presidente da CRE da ilha, conta que no fim-de-semana esses equi-

pamentos vão para Santa Maria, Palmeira e Pedra Lume. Até terça-feira foram recenseadas 1868 pessoas, quando o objectivo é ultrapassar os 10.673 do último censo. “*Temos uma média diária de 200 a 300 pessoas e se continuarmos neste ritmo, poderemos chegar às 11 mil*”, diz Évora.

Já a ilha do Fogo, nomeadamente o concelho de São Filipe, está a passar por alguns constrangimentos. “*O recenseamento podia estar a correr muito melhor, se a população aderisse e houvesse mais informação. Os próprios partidos políticos deviam envolver-se muito mais neste processo*”, nota Domingos Rosa, presidente da CRE de São Filipe.

Segundo aquele responsável, “*recensearam-se 2522 pessoas no concelho de São Filipe até o passado dia 8, a meta é chegar aos 13 mil, cumprindo uma média de 210 por dia. Um total de 37 pessoas trabalha nos cinco kits disponíveis (um está fixo na cidade e outros quatro andam pelas localidades do concelho)*”. “*Como fora do centro, a electricidade só vem às 10 horas da manhã, todos os kits ficam em São Filipe até às 11h*”.

Arlinda Chantre, directora-geral do DGAPE, também fez o seu balanço destes 16 dias de recenseamento (começou a 26 de Dezembro e termina a 2 de Março) e avança que “*os municípios com melhor desempenho são Santa Cruz, Santiago, que já alcançou 32% da sua meta, a Boa Vista e Ribeira Grande de Santiago e o Tarrafal de São Nicolau. Já a Brava, Tarrafal de Santiago e São Domingos têm um desempenho mais fraco*”.

Quanto à propaganda, que as CRE's em unanimidade reclamam, a directora-geral diz que os financiamentos já foram desbloqueados e vão intensificar as acções de sensibilização junto do eleitorado. Lembra, contudo, que este papel de informação e celeridade do processo cabe também às CRE's.

Chantre realça a importância de toda a gente se recensear. “*É um processo novo, que controla as múltiplas inscrições. E os cadernos eleitorais funcionam como se tudo começasse do zero*”, afirma. A responsável da DGAPE garante, entretanto que, a partir de agora “*vai haver um esforço para que os cadernos eleitorais estejam sempre actualizados, o que será feito num*



censear!

processo contínuo. A comunicação com as conservatórias, que dão as baixas nos cadernos quando alguém morre, ou com o tribunal, que comunica quando alguém é interditado, será mais estreita. Mas esta rede ainda tem que ser construída e pouco a pouco vai acontecendo, quanto mais não seja para não cairmos no mesmo ciclo vicioso de antes’.

Ultrapassada está também a questão dos recenseadores de Santa Catarina, que entraram em greve por não concordarem com o salário estipulado pela DGAPE. “Muito pouco”, disseram também os recenseadores da Praia, Mindelo, Paul e São Domingos. Isso apesar da DGAPE dizer que “desde o princípio, as regras do jogo estavam estabelecidas: 20 mil escudos por mês para recenseadores e 25 mil para coordenadores”.

POUCOS KITS, KITS SUFICIENTES?

Uma das polémicas deste recenseamento eleitoral é a questão da alegada insuficiência dos kits. De um lado estão as CRE’s, que na sua generalidade reclamam mais equipamentos. Uma das vozes que mais se tem levantado é a de José Barbosa, da CRE da Praia. Este lembra que “quando se planeou o recenseamento, pensou-se nos kits para quatro meses. Mas agora o nosso prazo é mais curto, pelo que o número de kits deveria ter aumentado”. Barbosa que tem que dar vazão a uma demanda de 90 mil eleitores dispersos numa cidade como a Praia, deposita a sua esperança nas ilhas que têm menos gente como Maio, Brava e São Nicolau, “que devem terminar o recenseamento antes do prazo e enviar os seus kits para reforçar a Praia, pois estes não são exclusivos de nenhuma comissão”.

É que para além de serem insuficientes, ao que parece, alguns kits têm dado problemas técnicos. Mas também há presidentes que apesar dos percalços estão satisfeitos ou tentam resolver os problemas quando os há. É o caso de Hermes Costa, São Vicente, que contou ao **A Semana** que “o processo está a correr normalmente e estão satisfeitos com os resultados que obtiveram até agora, apesar dos constrangimentos técnicos que têm passado”. “É que dos

17 kits que têm disponíveis, dois estão inoperantes, o que atrasa o trabalho. Por isso, já pedimos o apoio técnico ao NOSF”, explica.

Arlinda Chantre esclarece que “os kits (que contém um computador portátil, uma máquina fotográfica digital e uma mini-impressora) foram distribuídos segundo o princípio da proporcionalidade”. “A Praia tem o número de kits que necessita assim como todos os outros municípios de Cabo Verde. O que falta é quem opera as máquinas ser prático na sua utilização e maximizar as suas funcionalidades”, realça.

A directora-geral da DGAPE está “satisfeita com o decorrer do processo e acredita que a meta dos 250 mil recenseados será alcançada”. As contas arredondadas de Chantre são aparentemente simples: “no nível óptimo de utilização, cada kit deve recensear cinco pessoas por hora, cada kit funciona 12 horas por dia, o que perfaz 60 recenseados por dia em cada kit”. Ultrapassados os primeiros dias do recenseamento (em que as pessoas estavam mais preocupadas com a quadra festiva do que propriamente com o censo eleitoral), aquela responsável multiplica 60 inscritos pelos 40 dias que deve durar o processo, e consegue o número de 2400 recenseados em cada kit. Como existem 101 kits a funcionar em pleno, no final teremos cerca de 250 mil recenseados, meta estipulada pela DGAPE e CNE.

O PAPEL DA CNE

Rosa Vicente, presidente da Comissão Nacional de Eleições (CNE), salienta “a mudança radical” que houve no recenseamento eleitoral, “muito informatizado, em que todos os processos são novos, para recenseados e recenseadores. Agora há um controlo na base de dados central, através de fotografia e impressão digital, ou seja, não são possíveis as múltiplas inscrições”.

Segundo Vicente, à CNE cabe sobretudo fiscalizar e fazer o controlo das operações de recenseamento. “O problema é que o artigo 18º do novo Código Eleitoral não especifica como concretizar essa fiscalização”, lamenta a presidente da CNE. Mais, aquela responsável acha que “os delegados da CNE já

deviam estar nos concelhos, mas como actualmente a lei exige que esses funcionários tenham no mínimo o bacharelato, o cumprimento desse dispositivo tornou-se mais complicado. E como com a entrada em vigor desta nova norma legal, muitos dos antigos delegados deixaram de servir, a nossa maior preocupação agora é ter delegados nos concelhos porque é o nosso braço estendido no terreno”.

Rosa Vicente entretanto acredita que essa questão deverá ficar resolvida por estes dias. Pretendem ter 30 delegados, porque há círculos eleitorais que são muito grandes. A fiscalização actualmente é feita através da base de dados central mas vai ser criado um grupo, que reúne elementos da CNE e da DGAPE e que deve fazer um briefing diário para controlar os dados que entram todos os dias na base de dados central.

A magistrada faz questão de separar as tarefas: “A parte logística e técnica do recenseamento cabe à DGAPE, e à CNE compete fiscalizar. Recorde-se que o novo Código Eleitoral estabelece que a coordenação é das próprias CRE’s, já que a CNE só entra na fase da organização das mesas de voto. A haver algum problema, são as CRE’s que pois têm autonomia administrativa”.

Quanto ao sucesso deste recenseamento, Rosa Vicente mostra-se apreensiva pois “os prazos estão muito apertados, a CNE só agora tomou posse e a alteração legislativa que deu autonomia financeira e administrativa às comissões recenseadoras é complicada, já que nas CRE’s não há pessoas capacitadas para isso”. “A própria CNE não tem o seu staff completo para lhe permitir tomar pulso à situação”, conclui.

Rosa Vicente não esconde tão-pouco um certo alívio por não se estar a realizar agora o “complicado” recenseamento aos eleitores que estão na diáspora, pois estes não votam no escrutínio autárquico. “Ainda bem que, para já, não temos o recenseamento para a diáspora, porque senão complicar-se-iam muito mais as coisas”, confessa. O recenseamento para a diáspora está previsto para acontecer de 1 de Junho até 31 de Dezembro, deste ano, depois das eleições autárquicas de Maio e do apuramento dos seus resultados.

Sob o sign

Cabo Verde começa o ano de 2008 sob o signo da sua graduação a país de rendimento médio, marcando com isso uma nova fase na vida da nação cabo-verdiana.

Mas 2008 terá, com certeza, outros ingredientes que farão deste um ano único.

«A Semana» traça, neste número, uma antevisão de alguns dos factos ou eventos que poderão marcar o ano que ora começa.



POLÍTICA

AS AUTÁRQUICAS

As eleições autárquicas, previstas para Maio, são o grande facto político do ano que ora começa. Praia, S. Vicente, Sal, S. Filipe e Santa Catarina, por serem os principais centros do país, são, à partida, os concelhos onde a disputa promete ser particularmente renhida, até porque nalguns casos (S. Filipe e Santa Catarina, por exemplo) as cartas ainda pedem muito mais baralho.

Da parte do MpD, esta será a primeira vez que a liderança de Jorge Santos irá estar à prova. Se vencer as autárquicas, ele e o seu partido criam condições políticas e anímicas para se lançarem às legislativas de 2011, caso contrário é o que se sabe...

José Maria Neves, por seu turno, enquanto presidente do PAICV e chefe do governo, vai mais uma vez a exame, numa altura em que tem sido difícil gerir as ambições internas, fora os sinais de desgaste e cansaço decorrentes da usura do poder nestes dois mandatos. Ainda que as autárquicas sejam independentes das legislativas, se perderem em Maio, JMN e o PAICV fragilizam a sua posição, se ganharem estarão em melhores condições de continuarem a conduzir o barco até 2011 naquela que os tambarinas chamam a «vaga transformadora» do país.

Em resumo, independentemente do que possa estar em jogo para as duas principais forças políticas, mais os respectivos líderes, 2008 é ainda o ano em que o novo Código Eleitoral vai ser testado. Fora isso, 2008 constitui ainda uma importante prova-dos-nove para a nova CNE, agora sob a presidência de Rosa Vicente.

GOVERNO

Continua forte a eventualidade de uma remodelação governamental em 2008, algo que tanto poderá acontecer antes das eleições autárquicas como depois. Quem sai e quem entra no executivo de José Maria Neves?...

PARLAMENTO

Consensualizado o nome de Júlio Correia no cargo de primeiro-vice-presidente da AN, falta fazer mudanças a nível da direcção da bancada do PAICV. Este partido tem, aliás, de preencher também o vazio deixado com a ida de Lívio Lopes para o governo.

Tirando isso, este poderá ser o ano para a revisão da Constituição da República, um dossier que se arrasta desde 2004. Prevê-se também que em 2008 serão aprovados outros não menos importantes diplomas, entre eles o estatuto especial para a Cidade da Praia.

A acontecer, será o presente que Praia espera pelos seus 150 anos de existência. Isto depois de 10 anos a arrastar o pé na busca de um figurino administrativo a condizer com o seu estatuto de capital do país. Outros diplomas poderão ser a Lei de Bases do Orçamento do Estado e a Lei de Organização e funcionamento do tribunal de Contas. A isso soma-se a nova lei da terra, ao abrigo do qual se poderá resolver o problema das indemnizações aos proprietários de terrenos da Boa Vista onde, entre outros, foi construído o novo aeroporto.

INFRA-ESTRUTURAS

Cabo Verde vai continuar a tomar o seu «banho de asfalto» e «betão», neste 2008. Vêm aí mais estradas e mais infra-estruturas. É o caso do novo Aeroporto de S. Vicente, que se encontra pronto e que falta apenas inaugurar, juntando-se assim aos novos aeroportos internacionais da Praia e Boa Vista.

Em Santiago, mais concretamente na Praia, o governo e a Câmara de Felisberto Vieira vão arrancar com novas e importantes estradas, que se conectarão à Circular da Praia. Orçada em 11,3 milhões de euros, a nova rede viária vai trazer não só o ordenamento, como também valências que a capital precisa para se tornar num verdadeiro centro de negócios. A isso soma-se a gare marítima da Praia, a ser equipada com serviços de «check-in», bar, open-space, varanda panorâmica,

etc. O empreendimento, cuja primeira pedra foi lançada em Junho último, está orçado em 25 mil contos e juntar-se-á à remodelação e ampliação do porto da Praia - cujo arranque efectivo deve acontecer este ano, concebida que está a sua engenharia financeira -, para dar uma outra dimensão à Praia marítima.

No Sal, tudo indica que haverá mais iluminação pública neste 2008. A partir de Março várias zonas e trechos da ilha serão beneficiados com energia eléctrica, entre eles a via que liga a entrada de Santa Maria à última rotunda, o bairro da Pretória. A localidade de Fontona terá também iluminação pública e domiciliária. Ainda no Sal, e também em Março, a Câmara local, presidida por Jorge Figueiredo, fará a entrega da segunda via de Chã de Matias. Será no mesmo mês que terminam as obras de infra-estruturação da Zona do IFH, na Vila de Espargos.

Na Boa Vista o Banco Espírito Santo anunciou uma carteira de financiamento, que deverá arrancar em 2008, na ordem dos 700 milhões de euros. O BES, que já financia um empreendimento turístico da ilha do Sal, o Vila Verde Resort, elege como prioridade o turismo e o desenvolvimento. Aliás, para a Boa Vista há tantos projectos, dizem fontes deste semanário, que a este ritmo de entrada muito brevemente atingirão o limite da capacidade da ilha que é a terceira do arquipélago.

Ainda na Boa Vista devem começar este mês de Janeiro as obras de reabilitação do bairro da Barraca. Dois arquitectos já estiveram na ilha a estudar as potenciais intervenções a serem feitas. Desde já, prevê-se que o bairro reabilitado terá iluminação, rede de água e esgotos, arruamentos e infra-estruturas de lazer.

Em Santo Antão prevê-se para Outubro a conclusão da estrada Porto Novo/Janela, uma importante infra-estrutura para a economia da ilha. O custo total desta estrada, que tem um traçado de 22 quilómetros e é co-financiada por Luxemburgo, é de três milhões de contos.

Ainda em Santo Antão, depois de cinco anos de obras paradas (desde 2002) por falta de financiamento, Porto Novo poderá

o do P D M



ter a sua biblioteca municipal em 2008. A previsão é que as obras, estimadas em 14 mil contos, poderão arrancar nos primeiros meses deste ano.

A estrada de penetração de Ribeira da Torre e Cruzinha é a outra obra de vulto na ilha das montanhas, quanto mais não seja por desencravar milhares de pessoas.

Mas este é o ano em que Santo Antão vê funcionar a sua mais importante infra-estrutura hoteleira, o hotel Santantão Art Resort, de três estrelas, com inauguração agendada para breve, ainda neste mês de Janeiro. O hotel oferece 73 quartos, três suites, restaurante, sala de conferências, piscina de água doce, campo de ténis, e outras infra-estruturas, e pode ser visto como um prelúdio para o turismo em Santo Antão.

A ilha do Maio deverá ver reaberto neste 2008 o seu aeroporto desactivado desde 6 de Agosto de 2007 por ordem da Agência da Aeronáutica Civil (AAC), devido ao estado de degradação da pista. Desde então, a ilha, que tinha três ligações aéreas semanais, passou a contar apenas com os barcos que, não poucas vezes, ficam no alto mar por falta de condições para atracar. O custo da reabilitação está estimado em 100 mil contos.

No Fogo as obras do Porto de Vale dos Cavaleiros, previstas para arrancar em finais de 2007, foram adiadas para 2008. A ideia é construir na ilha do Vulcão um porto mais funcional e com mais espaço, capacitado para a movimentação de navios de maior dimensão. Os investimentos previstos ultrapassam os 600 mil contos, verba estimada para adequar o porto às exigências de funcionamento até 2017. Outro grande empreendimento, há muito anunciado mas que tem sofrido sucessivos adiamentos no seu arranque é o da estrada Volta-Volta. Aponta-se uma nova data e prevê-se que desta vez seja de vez o seu arranque no segundo semestre de 2008.

A ilha do Vulcão terá também em 2008 uma incineradora para tratamento de lixo hospitalar, fruto de uma parceria entre a Delegacia de Saúde e a ONG francesa "Farmácia Sem Fronteiras". Em Dezembro último, uma delegação desta ONG visitou a ilha com o intuito de acompanhar a conclusão

dos trabalhos, o que não aconteceu porque o material enviado da França - cimento apropriado para suportar temperaturas acima dos 1000° C - ficou retido no porto da Praia.

JUSTIÇA E ORDEM INTERNA

Um ano que promete ser de muitas novidades. Antes de mais, devido à entrada em funcionamento do Tribunal Constitucional e à nomeação do primeiro Provedor de Justiça, o que deve acontecer no primeiro trimestre deste ano. Outra novidade será a renovação do Supremo Tribunal de Justiça, cujos membros passarão a ser eleitos pela classe dos magistrados, substituindo assim o método até agora em vigor, e que é o da indicação tripartida - Presidente da República, Parlamento e entre-pares. Uma outra mudança, provável, será a nível do Procurador-Geral da República - aliás, o actual titular, Franklin Furtado, praticamente disse adeus ao cargo na abertura do ano judicial, em Outubro.

Em processo de instalação, é de se prever que o SIR, Serviços de Informação da República, tido como um elo importante no sistema de segurança interna, comece, finalmente, a funcionar. Até porque os sinais que vêm surgindo no domínio da criminalidade (droga, lavagem de capitais, imigração clandestina, etc.) mostram o tempo que já se perdeu a favor da impunidade e dos criminosos.

SAÚDE

O Ministério da Saúde conta pôr de pé, com a ajuda de Portugal, nos hospitais da Praia e do Mindelo, as primeiras estruturas de hemodiálise. Uma decisão que, a concretizar-se, vem pôr termo ao drama da separação que neste momento afecta dezenas de famílias cabo-verdianas, com tudo que isso tem de mau e pior ainda, na situação de doença. Este é também o ano em que, depois de várias peripécias, uma das quais a falência da empresa a que foram adjudicadas as obras para a sua construção, deverão entrar

em funcionamento os centros de saúde (Achada de Santo António, Achadinha, Ponta-d'Água e Tira-Chapéu, todos na capital. Uma melhoria que vai, certamente, contribuir para aliviar a pressão que normalmente se faz sentir sobre o "Agostinho Neto".

No interior, é de referir a entrada em funcionamento agora em Janeiro do Hospital Regional de Santa Catarina, que se juntará aos recém-inaugurados centros de Saúde do Tarrafal e da Calheta, infra-estruturas consideradas modelo para a rede hospitalar do país.

TRABALHO

Aprovado que foi no final de 2007, entra agora em vigor neste mês de Janeiro o novo Código Laboral e com ele novas relações de trabalho, nomeadamente, em termos de produtividade, contrato a prazo, férias, disciplina, etc. Dos ganhos há um que se destaca: de 45 dias, a licença de parto, tanto no Estado como no privado, passa a ser de 60 dias. Por consensualizar fica, no entanto, um ou outro ponto que não reúne a anuência dos sindicatos nem dos patrões. É o caso do regime para o pessoal marítimo que, no entender dos sindicatos, penaliza essa categoria.

Em 2008 os reajustes salariais serão de 2,5%, mais incentivos fiscais. Esta a decisão tomada na última reunião do Conselho de Concertação Social (CCS), realizada em Novembro e de que o governo, os sindicatos e o patronato saíram satisfeitos com o acordo conseguido.

JUBILEU DA PRAIA

2008 poderá entrar para a história como o ano que acolheu as comemorações do terceiro «jubileu» da Cidade da Praia. Uma efeméride que acontece numa altura em que o primeiro centro urbano de Cabo Verde conhece importantes transformações infra-estruturais, adquirindo com isso a «pinta» de capital de um país graduado PDM. E por isso com outros níveis de exigência, tanto no que concerne à sua governação como à postura cívica dos seus habitantes.

Ou seja, não podemos continuar a ver quadrúpedes - desde cabras, vacas, cães vadios e sarnentos... - a passear pelas avenidas como se fosse a coisa mais normal deste mundo. Nem tampouco esgotos a céu aberto apenas por incúria de autoridades incompetentes. Nem viver permanentemente a braços com rupturas de água e electricidade. Os praienses querem, sim, mais praças de Papa, que a Praça Grande continue iluminada com exposições e música. Mais luz. Mais segurança. Mais vida.

Concluindo, 150 anos depois da sua elevação a cidade, Praia de Santa Maria merece mais urbanidade e qualidade de vida, numa palavra, precisa e merece ser mais cidade para o orgulho e satisfação de todos os cabo-verdianos.

DIPLOMACIA

Sobretudo a nível das relações entre Cabo Verde e a União Europeia, 2008 deve ser o ano em que as duas partes irão procurar materializar o plano de acção previsto pelo acordo que define a chamada parceria especial entre Praia e Bruxelas.

Este é também um ano em que o país terá de dar alguns sinais de adaptação e adequação aos critérios da OMC, concretizada que foi a sua adesão, em Dezembro último, junto dessa organização que rege o comércio mundial.

Ainda em termos diplomáticos, 2008 deverá ficar marcado por algumas importantes visitas de estadistas estrangeiros, a primeira das quais a do primeiro-ministro do Luxemburgo, Jean-Claude Juncker, prevista para 13 de Janeiro. Romano Prodi (Itália) e José Sócrates (Portugal) são outras das personalidades que devem deslocar-se a Cabo Verde no decorrer de 2008.

Alcídio Tavares, candidato do PAICV à Câmara de Santa Catarina, estabelece como prioridade da sua candidatura promover o desenvolvimento sustentado desse concelho de Santiago e colocá-lo na linha da frente de um Cabo Verde que se consolida como País de Rendimento Médio. Mas em oposição à sua escolha, o grupo de apoio à recandidatura do autarca João Baptista Freire continua à espera da resposta a uma carta que endereçou, desde o dia 1 deste mês, à Direcção Nacional do PAICV, cuja Comissão Política acaba de homologar a candidatura de Tavares.



“Santa Catarina na linha da frente”

O recém-escolhido candidato do PAICV à Câmara de Santa Catarina tem intensificado, nos últimos dias, os contactos de terreno para abrir caminho às eleições autárquicas de Maio. Alcídio Tavares encontrou-se já com quadros, empresários e responsáveis das estruturas de base no concelho, com vista não só a desmontar o que ele chama de desinformação posta a circular sobre a luta das sensibilidades dentro do seu partido, como também socializar a sua candidatura à chefia da edilidade local.

Tavares apresenta-se, na sua primeira declaração política, à corrida com um elevado espírito de missão e à frente de um projecto abrangente e de mudança por Santa Catarina. “Apresento-me, aqui e agora, com elevado espírito de missão e com inequívoco amor por Santa Catarina, à frente de um projecto abrangente, de diálogo e de mudança. É um projecto novo e inovado. Pretendo, ao assumir este repto do meu Partido e a este apelo de muitos cidadãos deste Concelho, contribuir, claramente e sem ambiguidades, no movimento de mudança que se desenha na sociedade cabo-verdiana”.

O candidato tambarina defende que Santa Catarina vive um momento em que

tem de escolher caminhos e opções para o seu desenvolvimento que apostem em mais projectos, realizações e investimentos. “*Tal como Cabo Verde, Santa Catarina está numa encruzilhada. Numa encruzilhada de caminhos e de opções. Tal como Cabo Verde, Santa Catarina caminha para o futuro e opta pelo Desenvolvimento. Tal como Cabo Verde, Santa Catarina está na moda. Este momento indicia que este Município quer ganhar em qualidade de vida e em padrões de desenvolvimento. Indicia mais apostas em projectos, realizações e investimentos. Sou, em boa verdade e com muita honra, candidato a presidente da Câmara Municipal de Santa Catarina, com o apoio do PAICV e dos munícipes*”.

E Alcídio Tavares elege como prioridade das prioridades promover o desenvolvimento sustentado do município de Santa Catarina para colocá-lo na linha da frente. “*A nossa acção vai marcar profunda e indelevelmente a vida do Município em todos os domínios: urbanístico, turístico, comercial, ambiental, agrícola, cultural, desportivo e social*”, aponta.

O autarca perspectiva que mais cedo do que se pensa vai ressaltar aos olhos

dos munícipes o contraste entre o “*ritmo possível de desenvolvimento*”, apanágio da actual gestão municipal, e os novos tempos, que serão de projectos, realizações, entusiasmo, optimismo, ousadia, inovação e competitividade.

“*Naturalmente que a nossa gestão será também de contraste flagrante com aquela dos nossos adversários (MpD) durante os anos noventa. E será também diversa dessa versão recauchutada que os nossos concorrentes propõem, pois não irá assentar numa visão pequenina e crispada de Santa Catarina, fechada sobre si própria, num momento em que a competição das regiões e das aglomerações municipais faz parte da paisagem política, económica e cultural do nosso País*”, vai avisando Alcídio Tavares.

O actual vereador da Câmara da Praia (responsável pelo sector do urbanismo) que foi presidente da Câmara do Paul, e é político batido nessas lides de campanha eleitoral, salienta que o combate decisivo da sua candidatura será, pois, orientado para criar as condições para uma vitória absoluta nas próximas eleições autárquicas. E para isso espera contar com a cúpula do PAICV,

os seus militantes de base, empresários, quadros, emigrantes, funcionários, homens e mulheres anónimos que estão empenhados no desenvolvimento de Santa Catarina. Uma terra, conforme Alcídio Tavares, de grandes embates históricos por Cabo Verde e que produziu homens ilustres como Amílcar Cabral, António Mascarenhas Monteiro, José Maria Neves, entre outros.

Em oposição a Tavares está, no entanto, o grupo de apoio à recandidatura do edil João Baptista Freire, que discorda, pela segunda vez consecutiva, da escolha do conselho do sector. “*Comunicámos, através de uma carta endereçada no dia 1 de Janeiro à CP, que estranhámos essa escolha que recaiu num candidato com 4% das intenções de voto. Estamos à espera da intervenção da cúpula do partido para resolver esse problema*”, avança Fernando Tavares, para quem o que está em causa é se a decisão de um órgão partidário constituído por cerca de 30 membros, se sobrepõe à opinião dos mais de dois mil militantes de base, que subscreveram o abaixo-assinado remetido, há já alguns meses, à Direcção Nacional do PAICV.

Alírio Dias de Pina

Militantes da UCID pedem congresso extraordinário

Militantes da região política de Santiago querem um congresso extraordinário da UCID, para eleger os órgãos dirigentes nacionais e pedir contas à actual liderança. O pedido consta de um abaixo-assinado de mais de 500 subscritores, em que se destacam algumas figuras de proa dos democratas-cristãos na Praia. Questionado sobre essa movimentação interna do seu partido nas vésperas de uma campanha eleitoral, o presidente António Monteiro diz que nada tem a dizer sobre um documento que nem sequer chegou ao seu conhecimento.

A quatro meses das eleições autárquicas, a UCID está de novo em ebulição. Um grupo de militantes da região política de Santiago pede, num abaixo-assinado de mais de 500 subscritores, um congresso extraordinário para reelegitar os órgãos dirigentes nacionais e pedir contas à actual liderança de António Monteiro.

O documento, datado de 3 de Janeiro, é feito com base no artigo 15º dos Estatutos do partido e tem, de acordo com o seu promotor Osvaldino Andrade, a assinatura de destacados dirigentes da UCID na Praia. São eles, Lucílio Braga Tavares, um dos fundadores da UCID, Ramiro Monteiro, ex-secretário-executivo, Eurico Martins, antigo membro da Comissão Política Nacional, e José Rui Araújo, ex-membro da Direcção Nacional.

A fonte deste jornal garante que o abaixo-assinado será encaminhado ao presidente da Mesa do Congresso, Lídio Silva, logo que este regressar de Portugal, onde se encontra em tratamento. E no “*caso de os órgãos nacionais recusarem agir em conformidade com os estatutos,*

os subscritores do documento poderão, por iniciativa própria, convocar um congresso extraordinário na Praia e tomar as decisões que entenderem ser melhor para o futuro da UCID”, avisa Osvaldino Andrade.

Este sustenta que os subscritores do abaixo-assinado querem um congresso de acção, para a unidade, reorganização interna e debate de ideias. “*Os órgãos do Partido serão claramente definidos, quanto ao funcionamento e à competência. Serão regulamentados para que todos eles funcionem de verdade e seja respeitado o princípio básico de transparência, o que requer a aprovação de contas de gestão da Comissão Política Nacional, com demonstrações financeiras, auditorias e o respectivo parecer do Conselho Nacional de Jurisdição e Fiscalização*”.

É que, diz Osvaldino, desde o XV congresso realizado em Outubro de 2005, a actual liderança de António Monteiro deixou de prestar contas. “*A Comissão Política Nacional não prestou conta alguma e está a gerir mal os recursos financeiros do partido. Não sabemos, por exemplo, que destino tem sido dado aos cerca de 4 mil contos que a UCID recebeu do Estado pela sua participação nas últimas eleições autárquicas. O mesmo acontece com a subvenção de 85.000\$00, mensal, que o partido recebe pela sua representação parlamentar. A actual direcção paga 40.000\$00 por um espaço que tem alugado na Achada de Santo António, mal aproveitado, enquanto o militante Ramiro Monteiro disponibilizou, gratuitamente, um edifício na Praia, que desde 2006 funciona como a sede da UCID*”. É assim com este rol de casos que Osvaldino

Andrade acusa a actual direcção de “*desnorte*” na gestão do seu partido.

O porta-voz dos 500 defende que, face aos resultados positivos alcançados nas últimas eleições autárquicas e legislativas em S. Vicente, é prioritário que a UCID mude de estratégia com vista à sua implantação nacional. “*Se o partido quer trabalhar para ter um grupo parlamentar nas próximas legislativas, tem que abandonar a estratégia de ser um partido de vocação regional e que pretende actuar sobretudo em S. Vicente e Santo António. A UCID tem que ser credível principalmente na Praia, onde estão sediados os órgãos de soberania e corpo diplomático e para o qual o novo Código Eleitoral preconiza dois círculos eleitorais, que podem render alguns votos. O partido deve alargar-se a todas as regiões do território nacional e da diáspora*”, exige Osvaldino Andrade, para quem o que está em causa não é ele nem o líder da UCID, mas sim o futuro da organização no seu todo, que tem de ser nacional, como exige o Código Eleitoral e a própria Constituição da República.

Abordado por este jornal, o presidente dos democratas-cristãos recusa-se a pronunciar-se sobre o assunto, alegando desconhecer o abaixo-assinado que solicita a convocação de um Congresso Extraordinário. António Monteiro lembra que o congresso ordinário é de três em três anos e diz estar, neste momento, mais preocupado com a preparação do partido para as eleições autárquicas de Maio de 2008.

Alírio Dias de Pina

Mário Matos coordena PAICV na Europa



Mário Matos vai coordenar as estruturas do PAICV na Europa a partir de Lisboa, onde actualmente reside por razões de saúde. Marzim, como também é conhecido entre os amigos, vai ser substituído dentro de dias nas funções de secretário-geral do PAICV. Um dos nomes de que se fala é Eduardo Monteiro.

Com residência fixa em Lisboa, desde que há dois ou três meses teve de ser evacuado por razões renais, Mário Matos vai ser o coordenador do PAICV na Europa, exercendo essa função a partir da capital portuguesa, soube **A Semana** junto de uma fonte partidária. A escolha, ao que nos foi revelado, partiu do presidente do PAICV, José Maria Neves, que está a preparar um conjunto de medidas para reforçar a organização tambarina.

Embora retirado em Portugal, Mário Matos não está impossibilitado de se ausentar de Lisboa, desde que as suas viagens não se prolonguem por mais de dois ou três dias. Para todos os efeitos, ele está sujeito a sessões de hemodiálise semanais, podendo fora isso fazer a sua vida com a normalidade possível.

E, sendo assim, MM vai coordenar as actividades do PAICV em Portugal, Itália, Holanda, França e lá onde esse partido possui

estruturas ou representações. Lisboa, Roma e Roterdão são algumas das cidades onde, por tradição, o número de militantes ou simpatizantes é o mais significativo na diáspora europeia, cabendo agora a Mário Matos, que viveu em Portugal nos anos oitenta, durante a sua formação em Sociologia, coordenar as referidas antenas.

Entretanto, a nível do PAICV no país, nos dias 26 e 27 deste mês vai acontecer a reunião do Conselho Nacional, que terá sobre a mesa, entre outros pontos, a análise das autárquicas de 2008. Será também nessa reunião que José Maria Neves apresentará a sua proposta de novo secretário-geral. De acordo com os dados recolhidos, JMN quer ir mais além, munindo o PAICV de um governo sombra onde o titular de cada pasta vai ser também "porta-voz" do partido no sector que coordena. Nessa reunião, o líder dos tambarinas deve indicar ou nomear responsáveis de cada área.

Na prática, com estas medidas JMN responde àqueles que o criticam de "abandonar" o partido, em favor do governo. Aliás, partindo do princípio de que em política nada acontece por acaso, o presidente do PAICV falou, na terça-feira, na sede

nacional do seu partido sobre algumas questões da actualidade política. E foi aí também, da sede do PAICV, que anunciou à sociedade qual a meta que o partido no poder estabeleceu para as próximas autárquicas: o PAICV quer conquistar no mínimo 11 câmaras municipais nas eleições de Maio. Enfim, a sede do PAICV voltou a ser lugar para reptos, desafios a exprimir-se no seu chão e pela boca do seu presidente, coisa que não acontece há já algum tempo. O país, convém lembrar, possui actualmente 22 municípios.

Ainda em relação ao secretário-geral do PAICV, esta é uma questão que JMN vem gerindo com alguma reserva, embora o nome de Eduardo Monteiro, primeiro-secretário da mesa da Assembleia Nacional e destacado dirigente tambarina na Praia, venha com insistência à tona sempre que se fala de "reorganização partidária" nos últimos dias. Por causa disso, há quem veja muito forte a possibilidade de Eduardo Monteiro ser o nome a ser apresentado pelo presidente do PAICV ao CN do próximo dia 26. Uma outra possibilidade é Armindo Maurício.

PAUL



Ilídio Cruz lidera a lista do PAICV à AM

O PAICV tem já praticamente consensualizado o seu cabeça-de-lista para as próximas eleições municipais no Paul. Vera Almeida, deputada da nação, lidera a equipa que concorre à Câmara local e Ilídio Cruz, jurista de profissão e membro da CP, encabeça a lista para a Assembleia Municipal.

Vera e Ilídio deverão confrontar-se com a candidatura adversária do MpD, que escolheu António Aleixo para suceder a Américo Silva na presidência da edilidade paulense. A apresentação pública dos dois tambarinas está apenas a depender do cronograma geral de actividades a ser aprovado pela estrutura central do PAICV.

A aposta em Ilídio Cruz para encabeçar a lista à AM deve-se, conforme as nossas fontes, não só à sua competência técnica comprovada, como também à sua experiência política enquanto antigo governante e eleito municipal que sempre esteve ligado ao concelho do Paul. "Acho que, por ora, só posso ser considerado como um potencial candidato à AM do Paul, uma vez que tudo está ainda por decidir", deixa escapar Cruz.

Licenciado em Direito, Ilídio Cruz já desempenhou funções de responsabilidade no aparelho do Estado de Cabo Verde. Entre 2002 e 2006 foi, sucessivamente, Secretário de Estado e Ministro da Reforma do Estado e da Administração Pública do Governo da VI Legislatura. Ele conduziu politicamente o programa de reforma administrativa do executivo de José Maria Neves e impulsionou a feitura e aprovação de vários normativos sobre a matéria.

Sobre este particular, destaca-se a lei de modernização administrativa, a que cria o NOSI, o projecto Casa do Cidadão, os regulamentos da Base de Dados da Administração Pública, o diploma que cria a carreira dos administradores públicos e a lei-medida sobre o desbloqueamento das carreiras administrativas. Cruz participou ainda em vários fóruns internacionais sobre a Reforma do Estado e a reinvenção de Governos, na perspectiva das administrações públicas prestarem melhor serviço aos cidadãos.

Ilídio Cruz foi conselheiro jurídico do Presidente da República de 1989 a 1991, quando saiu para até 1995 desempenhar o mesmo cargo de consultor no ex-ISPSP, acumulando a função de responsável pelos Serviços de Regulação de Sinistros e assessor do administrador-delegado. Desde 1991 é, por outro lado, advogado e fundador do Gabinete de Advocacia Consultoria e Procuradoria Jurídica, de 1986 a 1989, foi quadro superior do Ministério da Educação e assessor do ministro.

Cruz já exerceu também vários cargos a nível do poder local e de organizações da sociedade civil. De 1991 a 1996 foi eleito deputado da Assembleia Municipal do Paul e, entre 1992 e 1996, presidente da Assembleia Intermunicipal da Associação dos Municípios de Santo Antão. Ilídio Cruz é ainda membro fundador e dirigente da Associação dos Amigos do Paul e da Associação dos Antigos Estudantes de Coimbra.

ADP

SANTO ANTÃO

Orlando Delgado deve concorrer pelo MpD

O presidente da Câmara Municipal da Ribeira Grande, Orlando Delgado, deve recandidatar-se ao cargo nas próximas eleições, desta vez com a estampa do Movimento para a Democracia. O autarca, que foi eleito em 2004 à frente de uma candidatura independente, pode confirmar essa decisão logo após as festas daquele município, que se comemora a 17 de Janeiro. Se tal cenário se concretizar será o primeiro duelo autárquico desde 1992 entre os dois maiores partidos cabo-verdianos, MpD e PAICV, na Ribeira Grande.

O MpD quer uma candidatura própria para a Câmara da Ribeira Grande, Santo Antão, e aposta no nome de Orlando Delgado para liderar a equipa. Jorge Santos, presidente daquele partido, assume tal ideia com frontalidade e assegura que "essa foi a decisão tomada pela comissão política regional, com aval da Direcção Nacional do MpD". Santos garante, de resto, que a sua formação política se prepara para fazer a apresentação pública do candidato ainda este mês ou no início de Fevereiro.

A leitura de alguns dirigentes ventoinhas, entre os quais o líder daquela formação política, é de que "já não faz sentido um partido com uma estrutura consolidada na região apoiar uma possível candidatura independente, como acontece desde 2000 na Ribeira Grande". Por isso, existe uma pressão efectiva para que Orlando Delgado assumira de vez a legenda do MpD no próximo embate autárquico no qual deve enfrentar a candidatura tambarina liderada por Leonesa Fortes, secretária de Estado das Finanças.

O autarca mostra-se, contudo, bastante reservado em abordar esta matéria mesmo porque querará primeiro discutir as consequências políticas dessa decisão com pessoas ligadas ao grupo independente pelo qual foi

eleito em 2004. Talvez por este motivo tenha sido lacónico ao ser contactado por este jornal. Delgado não desmentiu nem confirmou a hipótese de liderar o projecto autárquico do MpD para Ribeira Grande, preferiu dizer que neste momento "só pensa nas comemorações do dia do município".

Mas fontes bem colocadas admitem que "o companheiro de longa data de Jorge Santos" estará inclinado a aceitar o desafio do partido a que pertence e que sempre o apoiou pelo que deve anunciar a decisão no final deste mês. "Certo é que se aceitar o convite ventoinha, Orlando perderá o apoio de algumas figuras do grupo independente. Mas tratando-se de uma eleição personalista em que as pessoas votam quase sempre na figura de proa da lista, isso não deve constituir grande problema para ele", analisa um interlocutor deste jornal, sob anonimato.

E se o acordo entre o autarca e o MpD se confirmar, os ribeirão-grandenses vão assistir a um momento político singular nas próximas eleições. Será a primeira vez na história do concelho que o MpD e o PACV se enfrentarão com equipas próprias num embate autárquico. Pois nas disputas anteriores sempre uma ou outra força política apoiou uma candidatura independente. Em 1992, José Spencer, hoje falecido, dava o ponta pé-de-saída nas candidaturas independentes ao liderar uma equipa sem a estampa de um partido para enfrentar Jorge Santos, então candidato do MpD. De lá para cá, foi o grupo liderado por Santos, Orlando Delgado, o médico Arlindo do Rosário



— aqueles na Câmara, este último na Assembleia — a disputar o governo municipal com um dos partidos. Uma conjuntura que deve reconfigurar-se em Maio próximo.

ANÍSIO, PROVÁVEL PARA A AM

Entretanto, este jornal soube que Anísio Rodrigues, ex-vereador da Câmara da Ribeira Grande, é um dos nomes bem colocados para concorrer à presidência da Assembleia Municipal na lista do MpD. Rodrigues foi vereador durante a gestão de Jorge Santos naquele município, é o actual líder da bancada dos "independentes" na AMRG e esta experiência autárquica pode contar a seu favor na disputa interna.

A nomeação de Anísio Rodrigues para disputar o cargo depende ainda da chancela da comissão política regional do MpD, que deve reunir-se em breve para deliberar sobre o assunto.

Sexta-feira, 11 de Janeiro de 2008

Asemana

Agenda Política

Portonovenses clamam por alargamento da rede de esgotos

A rede de esgoto, que serve menos de 30% dos portonovenses, encontra-se, desde há muito tempo, congestionada.

Uma situação que se agrava com o crescimento da população na mais nova cidade de Cabo Verde. O alargamento da rede tem sido uma reivindicação não só dos munícipes como também da própria Câmara, que desde 2004 tem procurado sensibilizar o Governo para a necessidade de arrancar com a segunda fase do plano sanitário.



A actual rede, que se encontra para lá de congestionada, foi concebida com base em fossas sépticas e, neste momento, só a construção de uma Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) poderá colmatar o problema. Essa ideia é defendida no Plano Director Municipal (PDM) em estudo, e que deverá entrar em vigor no próximo ano. “O PDM fala da necessidade de ampliação da rede de esgoto existente e identifica a zona onde poderá ser construída a ETAR, que irá não só tratar as águas residuais como também reutilizá-las para a irrigação dos espaços verdes, criação de zonas florestais, na construção civil e na limpeza das ruas” explica Cláudio Santos, vereador para o pelouro das Infra-estruturas da Câmara Municipal do Porto Novo.

A Câmara, como forma de tentar gerir o problema, optou por “obrigar” os munícipes a incluir nos seus projectos de construção fossas sépticas. “Temos a consciência de que é um custo acrescido para a construção, mas foi a única forma encontrada para minimizar o problema de saturação da rede de esgotos. Logo que for feito o alargamento da rede de esgotos, essas pessoas serão ligadas à rede”, diz Cláudio Santos.

No entanto as fossas cépticas da rede de esgoto têm trazido alguns constrangimentos aos serviços de saneamento da edilidade portonovense, no que diz respeito à sua manutenção. “Quando as fossas ficam saturadas, somos obrigados a fazer a drenagem para o mar, o que limitamos ao máximo, uma vez que essas fossas se encontram junto às praias”. Uma situação que obrigou as autoridades marítimas a interditar a praia do Armazém, uma das mais frequentadas da cidade. É que várias análises acusaram a presença de um agente patológico, originado pelas descargas do esgoto.

Mas a saturação da rede de esgoto não é a única dor de cabeça para os serviços de saneamento da Câmara. A limpeza das ribeiras situadas nas localidades periféricas da cidade e a recolha de animais abandonados na via pública têm sido outro osso duro de roer. “Há coisas que têm a ver com a mentalidade das pessoas. O que é preciso é formar e informar os cidadãos para a necessidade de preservar o meio ambiente. Temos pessoas que continuam a não utilizar os contentores preferindo deitar o lixo nas ribeiras e encostas, o que dificulta o nosso trabalho”.

Um problema que pode criar algum constrangimento aos serviços municipais, com a

inauguração, ainda esta semana, do Santantao Art Resort, o maior empreendimento turístico da ilha de Santo Antão. “Aqui o problema não tem a ver com a saturação da rede de esgotos, mas sim, com o despejo de dejectos na via pública por parte de moradores que, na sua maioria, não têm infra-estruturas sanitárias. Estamos a analisar, juntamente com os investidores, uma forma de, gradualmente, apoiar esses moradores na construção de casas de banho”.

É que, se por um lado é preciso informar as populações da importância da não poluição do meio ambiente, por outro, é necessário criar condições que ajudem na mudança de mentalidades.

O desafio do primeiro-ministro

O primeiro-ministro, José Maria Neves, na sua última visita à cidade do Porto Novo, lançou o desafio à empresa Águas de Ponta Preta, no sentido de, numa parceria público-privada, apostar na segunda fase de expansão da rede de esgoto para a cidade do Porto Novo, uma das grandes reivindicações da população desse centro urbano.

Uma solução que o Presidente da Câmara

aceita, mas com algumas reservas. Amadeu Cruz afirma que Porto Novo precisa urgentemente de uma segunda fase do plano sanitário, uma vez que a actual rede de esgoto se encontra completamente saturada, constituindo, em certa medida, um atentado ao meio ambiente. “A parceria público-privada pode ser uma solução, desde que os custos para a população não sejam superiores aos custos suportados por outros municípios, nomeadamente de S. Vicente, Praia e outros do interior de Santiago, onde o plano sanitário está sob a responsabilidade do Governo”. O edil não deixa de estranhar o facto de o Governo ter mobilizado meios financeiros para a realização de planos sanitários em outros municípios e não conseguir nada para o Porto Novo. “Nós estamos, desde 2004, a falar na urgência do alargamento da rede de esgotos que cobre menos de 30% da população da cidade do Porto Novo, que está a crescer a cada dia que passa”, acrescenta o autarca.

Independentemente da discussão sobre a parceria público-privada, os portonovenses continuam a aguardar a segunda fase do plano sanitário para o município: é a sua saúde e o meio ambiente que exigem esse plano sanitário para todos.

Balneários públicos na Praia: melhor é nem precisar deles



Balneário público da Praça Cruz de Papa

Devido ao uso inadequado e aos actos de vandalismo, muitos dos sanitários públicos da Praia ou estão abandonados ou tornaram-se casa para gente morar. Segundo o director de Saneamento da Câmara Municipal da Praia, Luís Dias, dos 40 balneários públicos que existiam na cidade, cinco estão desocupados e apenas dois funcionam – um no Plateau e outro na Praça Cruz de Papa.

Porque faltam sanitários públicos na cidade, as calçadas, postes e escadarias é que estão a fazer esse papel. Seja durante o dia seja à noite, muito boa gente utiliza na maior descontra os espaços públicos como “casas de banho ao ar livre”. Os mais recatados e um pouco mais ciosos da higiene pública, ir à casa de banho se torna adiável em plena cidade, o melhor é procurar um estabelecimento comercial. É que no Plateau, centro da capital, apesar de existirem três casas de banho públicas, apenas uma funciona. E mesmo nessa, dizem os utilizadores, apesar de pagarem uma tarifa de 10 escudos, às vezes falta papel e água.

Um dos cartões postais da cidade e onde transitam muitas pessoas diariamente, a praça Alexandre Albuquerque, no Plateau, é o símbolo do deixa-andar. No local existe uma banheira pública que não funciona e que há muito se tornou um depósito de lixo, onde se encontram fezes espalhadas pelo chão, papel sujo e pilhas de garrafas vazias. Interpelado o responsável pelo saneamento, Luís Dias, afirma que “o projecto de reabertura do balneário da praça já foi aprovado e que em breve começará a funcionar”.

Nenhum dos bairros da Praia escapa aos actos de vandalismo que impedem o uso dos balneários públicos. Dias concorda que a CMP “no momento” não está a cumprir com a lei municipal que determina a instalação de WC nos principais lugares públicos da capital. Mas salienta que a comunidade não está preparada para usar estes serviços. “Dos 40 balneários públicos que existiam,

apenas dois funcionam. Alguns tornaram-se moradias e noutros os chuveiros e sanitas foram arrancados”.

Por enquanto não existe nenhum projecto de reabertura dos balneários nos demais bairros da cidade capital. Mas o director de saneamento da CMP, salienta que a cidade precisa deste serviço, sobretudo os bairros mais carenciados como Castelão, Achada Mato, Safende e Pensamento. Contudo, é essa mesma população que arranca as sanitas e entope as fossas.

Os habitantes dizem que às vezes não têm dinheiro para pagar a tarifa cobrada (10 escudos) por isso quando estão “mais apertados” fazem as suas necessidades fisiológicas atrás destes sanitários públicos, a menos de cinco metros da porta. A tarifa cobrada é utilizada para o serviço de manutenção. Dias ressalva que “as comunidades deviam cuidar melhor esses bens públicos, como se fizessem parte das suas próprias casas”. Mas nada, fazem exactamente o contrário, são os primeiros a danificar tudo, analisa Dias que ainda procura uma solução para manter os sanitários intactos e a funcionar, para ajudar a quem precisa deles.

Questionado pelo **A Semana** sobre o orçamento gasto na construção destes balneários, o director do saneamento diz que com o instalado na Praça Cruz de Papa a CMP gastou cerca de 4 mil contos, mas desconhece os montantes utilizados nos demais.

De acordo com um munícipe, “a cidade precisa de ter balneários públicos em número suficiente, em todos os locais de uso comunitário, que possam funcionar pelo menos 12 horas por dia. A Praia precisa dar condições não só aos seus munícipes, como também aos turistas, que precisam de plenas condições de atendimento quando visitam nossas praças e outros pontos que despertam a sua atenção. Mas a população também tem que colaborar com a CMP, ajudá-la a cuidar deste serviço público que é de todos nós”.

JP



Pardais destroem culturas

Sementeiras de cenouras, tomates e repolhos em parcelas irrigadas de Martiene, Ribeira da Cruz e partes de Alto Mira andam a ser destruídas por bandos de Pardais. Estes chegam às centenas e levam os agricultores a perder colheita inteira.

As culturas de tomate em Martiene são os principais alvos dos pardais, que também “assaltam” os viveiros de cenouras. “Chegam em bando, não só atacam as sementeiras como picam os tomates na altura das colheitas, quase nada lhes escapa”, conta João Simão.

Rodrigo perdeu uma colheita inteira de tomate em Ribeira de Craveirinhas. Ele deslocou-se ao local com

“balaíos” para encaixotar o produto para o mercado, mas voltou de mãos a abanar. Os tomates estavam todos picados e “não serviam para mais nada”, conforme confidenciou aos colegas agricultores. Foram “cerca de três meses de trabalho, algumas regas, ou seja, alguns contos que se perderam”.

Agastados com a súbita “invasão dos daninhos”, os agricultores construíram espantalhos com fitas magnéticas para tentar salvar os viveiros de cenoura. “Quando o vento sopra, as fitas penduradas num pau fazem um barulho que afugenta os pardais. É a única forma de lidarmos com a situação”, explicou-nos Gustavo.

Por vezes, essas “engenhocas” resultam e parte da sementeira consegue salvar-se. Mas um novo alvo de ataques parece estar a surgir. É que a esta altura do ano os agricultores observam um número crescente dos “animalzinhos” a rondar as suas plantações e temem que eles prejudiquem as culturas de batata comum, principal fonte de renda da maioria dos lavradores de Martiene.

A esperança é que sejam menos “frenéticos” a partir de agora com as culturas. Aliás, Inaurindo, agricultor em Couvada de Alto Mira, garantiu-nos que pelo menos já conseguiu “salvar uma sementeira de cenoura”. “O número de pardais não dimi-

nui, mas acho que se estão a alimentar com pequenos lagartos ou sementes de ervas silvestres”.

Os habitantes daquela região rural ainda não encontraram uma explicação concreta para essa “debandada anormal”. Supõem, no entanto, que esses pardais desceram do Planalto Norte à procura de algo para comer, mas por essas bandas do interior do Porto Novo onde há dois anos que não chove e não encontram quase nada.

Trata-se de mais um factor que afecta o normal desenrolar da actividades agrícola naquela região, fustigada pela ausência de chuvas e pelos ventos secos.

Mercado Municipal do Sal pronto em Março

Moderno “o Mercado Municipal estará concluído em Março deste ano”, adiantou ao **A Semana** o autarca salense, Jorge Figueiredo. O espaço contempla uma ampla secção para a venda de produtos frescos como fruta, leguminosas e outros, terá um talho, peixaria, lojas de produtos artesanais, restaurante, pastelaria, barbearia e cabeleireiro. O projecto, que inicialmente previa dois pisos, veio a receber, entre outras alterações, mais um andar, para mais unidades comerciais. Com isso, o custo orçamental passou de 68 mil contos para cerca de 90 mil contos.

Com o mercado a funcionar a partir de Março, a ilha do Sal pode contar com um espaço de qualidade e boas condições sanitárias para a venda de produtos alimentícios e não só. Por outro lado, afirma Jorge Figueiredo, vai acabar a venda ambulante pelas ruas de Santa Maria e Espargos. JF acha que, com este mercado moderno, “a venda nas ruas da ilha estará melhor controlada”. A venda ambulante é um dos graves problemas que Sal enfrenta neste momento, e que levou muita gente a protestar nos órgãos de comunicação social.

De acordo com o autarca, o novo mercado terá uma secção para a venda de frutas, leguminosas e outros produtos frescos. Inclui ainda desde um talho e peixaria a outras beneficiações como seis casas de banho, quatro entradas, além da cobertura em telha translúcida, para uma boa iluminação natural. As instalações do



sistema de esgotos estão na fase final. Tanto o açougue como a peixaria, realça Figueiredo, serão equipados com bancadas para a lavagem e tratamento quer com baldes de vidro para uma melhor exposição dos produtos frescos.

Além disso, o novo mercado municipal do Sal possui 24 espaços comerciais que contemplam desde produtos artesanais a serviços de restaurante, pastelaria, barbearia e cabeleireiro. Conforme explica o edil salense, a ideia é também incentivar a produção local de artesanato. Nesse sentido, “vamos procurar apoio, através da Associação Nacional dos Municípios de Cabo Verde. Imagina se cada concelho de Cabo Verde-22 no total tiver uma loja de seus produtos artesanais representados neste espaço! É esta a ideia: transformar a ilha do Sal na maior montra artesanal

de Cabo Verde”.

O Mercado Municipal, salienta ainda Figueiredo, pode ser transformado num espaço para a produção de eventos, como espectáculos e bailes populares. Aliás, lembra, há um pequeno palco para actuações de grupos. Por outro lado, todos os equipamentos – que são amovíveis – do salão de frutas e leguminosas podem ser retirados deixando assim espaço suficiente para receber as pessoas que vão assistir a algum evento cultural.

De referir que todos os equipamentos serão instalados e geridos por uma empresa privada. De acordo com o presidente, a Câmara Municipal do Sal irá lançar um concurso público e os respectivos termos de referência irão definir a tipologia de equipamentos a serem montados neste mercado moderno. SF

Boa Vista: Zona da Barraca vai ser requalificada

O bairro clandestino Barraca, na Vila de Sal Rei, vai passar por uma requalificação já no início deste ano. Ainda este mês devem chegar à ilha da Boa Vista, dois arquitectos portugueses para elaborar um plano de ordenamento do território daquela zona, e assim, definir quais as intervenções básicas a serem feitas durante a primeira fase. O projecto faz parte de uma parceria entre a autarquia local e o município português de Oeiras.

Como todos os bairros clandestinos, a Barraca – que, como o nome diz, é uma comunidade improvisada feita de barracas – na Vila de Sal Rei tem sido uma dor de cabeça das autoridades e população da Boa Vista. É que, além de prejudicar a imagem da Ilha, por ser uma zona “marginalizada”, muitos dos seus moradores, sobretudo jovens, acabam por enveredar pelo submundo da criminalidade. E um local onde devia existir a paz familiar, torna-se um esconderijo de drogas, violência, prostituição e outros tipos de crime.

No sentido de travar a expansão desta chaga suburbana onde a cada dia que passa uma nova casa aparece, como do nada, no bairro, a Câmara Municipal, em parceria com a câmara de Oeiras - município experiente na matéria – vai elaborar um plano de ordenamento do território para melhorar as condições de habitabilidade e a vida aos moradores das barracas. Ainda neste mês, chegam à Ilha dois arquitectos portugueses para definir as primeiras intervenções. Com tudo pronto, as obras de requalificação devem arrancar no início de 2008.

O projecto, que visa resolver o problema da proliferação de bairros clandestinos na ilha da Boa Vista, contempla numa primeira fase a instalação de redes de água e esgotos, fornecimento de energia eléctrica, de redes viárias e arruamentos. Na segunda etapa, deverão ser construídas infra-estruturas desportivas e de lazer, uma iniciativa para afastar os jovens da criminalidade. Os moradores serão ainda incentivados a melhorar as suas residências, rebocando e pintando o interior e a parte externa das casas.

Na zona da Barraca vivem quase duas mil pessoas, na sua maioria gente de outras ilhas e imigrantes da Costa Africana que trabalham nas obras de construção civil. Em tempos o edil, José Pinto Almeida mandou definir o perímetro para a construção de casas nessa zona. E avisou: “Quem construir fora desse limite, terá de imediato a sua casa deitada abaixo”. Em Agosto deste ano, Pinto Almeida durante o encontro entre o ministro da Economia Crescimento e Competitividade, José Brito, e os operadores turísticos da ilha, salientou a necessidade dos investidores e construtoras começarem a garantir moradias sociais para os trabalhadores que vêm de outras ilhas. Como justifica o edil, “nenhum Governo, nenhuma câmara poderão construir habitação social em número suficiente que consiga dar resposta à grande demanda que existe na ilha da Boa Vista”. SF

ESCLARECIMENTO

Exma Senhora
Directora do Jornal
"A Semana"

A páginas 11, de **04 de Janeiro** do corrente ano, **6ª Feira**, do Semanário "A Semana" que V. Exciª superiormente dirige, foi publicado um Artigo intitulado "Apreensão Expressiva de Cocaína em 2007", em que se refere um total de **1.366** Processos remetidos aos Tribunais pela Polícia Judiciária.

Sendo certo que os dados apresentados apenas se referem à Direcção Central, solicitamos que seja publicado o seguinte esclarecimento:

A nível Nacional a Polícia Judiciária investigou, concluiu e remeteu ao Ministério Público 2.220 Processos entre os meses de Janeiro e Novembro de 2007 sendo:

- **1.366** da Direcção Central
- **682** da Inspeção de S. Vicente
e - **172** da Sub-Inspeção do Sal.

Ciente que nosso pedido merecerá acolhimento de V. Exciª, queria aceitar os nossos cordiais cumprimentos.

Praia, 07 de Janeiro de 2008
O Chefe de Gabinete,
/Euclides Mascarenhas/

Ministério Público arquiva processos contra Figueiredo e Phillipe

O Ministério Público mandou arquivar os processos-crime que abriu em 2003 contra Rui Figueiredo Soares e Philippe Aschman, ex-representante da Cooperação Luxemburguesa em Cabo Verde, por denúncia de abuso sexual de menores.

O despacho de arquivamento, segundo uma nota do MpD, refere e analisa as várias diligências efectuadas na sequência das denúncias de dois menores de 13 e 14 anos, de um adulto que os acompanhou e ainda do jornal "A Semana", tendo concluído que nem sequer foi provado ter havido o crime denunciado. "É que nem sinais de abuso sexual foram encontrados nos exames médicos efectuados aos referidos menores. Não havendo crime, não poderia haver autor, fosse quem fosse", diz a nota do grupo parlamentar do MpD.

O deputado do MpD Rui Figueiredo Soares, reagindo em conferência de imprensa esta quarta-feira ao arquivamento do processo, garantiu que vai agir em tribunal "contra todos os caluniadores" que colocaram o seu nome neste processo-crime. O deputado classificou este processo, que se arrastou durante cinco anos, apenas para a fase de instrução, como "hediondo e vergonhoso".

A decisão do Ministério Público de arquivar o processo-crime é "clara e inequívoca", não havendo "culpados, nem sequer suspeitos ou arguidos", afirmou Rui Figueiredo.

"A Justiça vem notificar-nos do arquivamento do processo, invocando, entre outros, os fundamentos de que os autos do exame médico relatam que não há sinais de abuso sexual e de que no Relatório de perícia sobre testemunho não há elementos que apontem para a existência de qualquer tipo de contacto entre o presumível ofendido e o senhor Rui Figueiredo", explica o deputado.

O Procurador do Tarrafal apoiou-se no artigo 315º, nº 2, do Código de Processo Penal, que diz que "a instrução será igualmente arquivada se não tiver sido possível ao Ministério Público obter indícios suficientes da verificação de crime ou quem foram os seus agentes". O processo foi aberto



RUI FIGUEIREDO

em 2003 contra Rui Figueiredo e Philippe Aschman, ex-representante da Cooperação Luxemburguesa em Cabo Verde, por denúncia de abuso sexual de menores.

Rui Figueiredo, que na altura da denúncia era líder parlamentar do MpD, diz não compreender a lentidão da justiça e o prolongamento do processo, quando após a realização dos exames médicos, no imediato, não se verificou qualquer indício que comprovasse a denúncia de abuso sexual. Diz ainda não compreender como a menção de um nome "Rui" na fase de inquérito deu lugar ao nome "Rui Figueiredo".

Para o deputado, este caso que envolve o seu "bom nome", não é mais do que "uma abominável campanha de assassinato político e moral". Acusa aliás as instituições judiciais e a própria Assembleia Nacional de terem compactuado com esta "campanha".

"O primeiro vice-presidente da AN [na época, Joséfá Barbosa] concluiu com determinada comunicação social e de informações que estavam em segredo de

justiça. Também a Procuradoria Geral da República deixou o processo arrastar-se totalmente fora dos prazos legais e razoáveis de decisão", declara. "Pediremos também ao Estado que assuma as suas responsabilidades", acrescentou o deputado, que promete "em nome da democracia", agir em tribunal contra "todos os caluniadores", "as injustiças da Justiça e outras falhas graves de instituições do Estado".

O deputado não confirmou se irá pedir uma indemnização, afirmando apenas que "nenhuma indemnização pode compensar os danos morais, políticos e pessoais".

Questionado sobre a "fuga" do representante da cooperação luxemburguesa, Philippe Aschman, que também era acusado de manter relações sexuais com menores do Tarrafal de Santiago, mal o caso se tornou público, Rui Figueiredo disse que não é "um assunto seu", mas do advogado de Aschman.

A Semana pensa retomar o assunto no próximo, quando tiver acesso ao despacho de arquivamento.

Paciente "chateada" com tratamento do médico Sousa Santos

"Vou apresentar queixa na Ordem dos Médicos"

Júlia Silva, 55 anos, pretende apresentar uma queixa na Ordem dos Médicos contra Sousa Santos, especialista em medicina interna e representante da OM na cidade do Mindelo. Paciente do médico há cerca de dez anos, Júlia Silva garante que foi tratada com rispidez e falta de cortesia por Sousa Santos, durante uma consulta realizada no passado mês de Novembro, em S. Vicente.

"Paguei a consulta e fiquei a aguardar a minha vez. Entrei, entreguei algumas análises ao Dr. Sousa Santos, ele passou os olhos pelos papéis, depois voltou-se friamente para mim e disse-me que já não era mais o meu médico-assistente. Disse que podia passar na secretaria para pegar o meu dinheiro de volta e que continuasse as minhas consultas com a médica da minha empresa", recorda Silva.

Apanhada de surpresa pela notícia, esta

funcionária da TACV tentou, a todo o custo, saber o motivo dessa decisão repentina. "Ele apenas disse-me que demorei muito tempo para fazer uma nova consulta mas, para mim, isso não é motivo para justificar a sua decisão. Até porque uma outra paciente, que entrou antes de mim, tinha feito a sua última consulta havia quatro anos enquanto que eu nem tinha passado ainda um ano", conta esta paciente, que saiu do escritório com a cabeça atordoada e com "o orgulho próprio de rastos".

"Mais do que ninguém ele conhece a minha ficha médica, sabe que sou hipertensa e o efeito que o seu comportamento poderia ter no meu estado de saúde", desabafa Júlia Silva, que está determinada a meter uma queixa contra Sousa Santos na Ordem da classe. Curiosamente, Santos é responsável da OM em S. Vicente, razão que leva Silva a endereçar a carta directamente para o

Bastonário dessa Ordem, na cidade da Praia.

Abordado acerca desta denúncia, Sousa Santos garante que a sua decisão teve como base o período alargado de tempo que Júlia Silva demorou para efectuar uma nova consulta de acompanhamento. Além do mais mostra alguma dúvida sobre os verdadeiros motivos que terão levado Júlia Silva a procurar a sua clínica, decorrido quase um ano sobre a última consulta.

"Ela passou quase um ano sem aparecer e achei que não devia continuar a tomar sobre os meus ombros a responsabilidade de ser o seu médico-assistente", diz Sousa Santos, esclarecendo que nem todos os doentes têm a mesma patologia, logo não se pode fazer comparações entre uma e outra pessoa.

Segundo Sousa Santos, determinados doentes têm o hábito de efectuar consultas

paralelas a vários especialistas, por isso fica depois complicado definir quem é o médico-assistente. "As pessoas têm a liberdade de fazer consultas onde e com quem quiserem. Mas acontece que muitas vezes utilizam o médico do modo que lhes convém, e não posso assumir o encargo de ser médico-assistente de uma paciente que passa muito tempo sem fazer o devido controlo", afirma Sousa Santos, deixando claro que a sua atitude não tem nada a ver com quezílias pessoais. "Tanto é que continuo a ser o médico do marido dela, que foi recebido por mim no dia seguinte a este episódio", acrescenta Sousa Santos, para quem Júlia Silva tem todo o direito de apresentar queixa contra ele junto da Ordem dos Médicos, caso seja essa a vontade dela. Desmente, no entanto, que tenha dado um tratamento pouco cordial à referida paciente.

KzB

FRAUDE NO TOTOLOTO, PORTO NOVO

Caso do suposto bilhete premiado vai a tribunal



Emiliano Oliveira reclama o primeiro prémio do Totoloto do concurso número 51, de 23 de Dezembro, e acusa o agente 52 na cidade do Porto Novo de o ter aldrabado porque o bilhete não entrou nos serviços centrais do Loto. O agente refuta a acusação e instaura um processo na agência para averiguar o caso. Agora verificou-se que existem dois bilhetes com o mesmo carimbo mas só um, no nome de outro apostador, chegou à sede na cidade da Praia. A confusão está instalada e só será resolvida nos tribunais.

O jovem Emiliano, conhecido por Miná na cidade do Porto Novo, afirma que nem queria acreditar quando viu que lhe tinha saído a sorte grande no Totoloto, mesmo na véspera de Natal. Mas a sua felicidade foi sol de pouca dura: ficou estupefacto quando ouviu na rádio que tinha sido Jackpot. Por ser segunda-feira feriado e terça, dia de Natal, só na quarta-feira se dirigiu à agência para fazer a reclamação do prémio. O que ouviu não lhe agradou. “O Sr. Pinto, que é o agente, pediu-me o bilhete para fazer uma cópia. Só que quando mo devolveu, em vez das dez cruzes, o recibo aparece com onze”.

Inconformado com o facto, no dia seguinte Miná vai à agência fazer uma reclamação por escrito, dirigida à sede da Cruz Vermelha na Praia, sector do Loto, para reclamar o primeiro prémio. “Algumas pessoas alertaram-me para a possibilidade do meu bilhete sequer ter sido enviado para a Praia. Segundo me disseram, há

gente que desconfia que nem todos os bilhetes têm sido enviados para os Serviços Centrais”.

Convencido de que a verdade viria do de cima, e uma vez que o recibo tem o carimbo da agência, o que comprovaria a autenticidade da aposta, Miná decide esperar pela resposta da sua reclamação.

Para espanto de Miná, recebe da Praia a resposta de que o bilhete não dera entrada na sede do sector do Loto antes da extracção do concurso 51/07. “Depois da confusão com o número de cruzes no meu boletim, eu pensei que me fossem dizer que afinal a minha matriz tinha onze cruzes – embora eu tenha a certeza de que eram dez cruzes porque eu não sou doído e sei contar – e que por isso tinha ganho o segundo prémio e não o primeiro”. Uma ideia que se baseava no regulamento do concurso, segundo o qual quando se marca um número a mais, o último não conta. Nesse caso, o último seria o 34 que tinha sido o sexto número do primeiro prémio.

A resposta foi outra. O despacho do júri de reclamações do concurso do Totoloto reitera que “o boletim reclamado (nº 235759) com o nº de carimbo 19017 não deu entrada nos serviços Centrais do Totoloto. O nº do carimbo 19017 corresponde ao boletim 738191 de outro apostador” do Porto Novo. Logo Miná acusou o agente do Porto Novo de extraviar a sua aposta e recorreu à comunicação social para tornar pública a sua revolta.

José Pinto Jesus, responsável e dono da

agência, refuta qualquer responsabilidade uma vez que nunca a sua agência extraviou qualquer boletim. “O apostador acusou-me de não lhe ter enviado o boletim. O certo é que um boletim com o carimbo que ele tem no seu recibo (19017) deu entrada nos serviços centrais. E esse bilhete não é o dele. Agora o apostador e o operador, que é quem regista os boletins na máquina, vão ter que explicar como é que aparecem dois bilhetes diferentes com o mesmo carimbo”.

Marcolino Ferreira, o operador, nega qualquer acusação de fraude ou extravio de bilhetes. “Se realmente houve fraude eu não tenho nada a ver com isso. Estou tranquilo”, defende-se de forma lacónica.

A verdade, porém, é que o agente José Pinto já instaurou um processo disciplinar ao Marcolino Ferreira, na decorrência de outros casos “estranhos” relatados por alguns apostadores. É o caso de João Medina que no referido concurso (51/2007 de 23 de Dezembro) ganhou o terceiro prémio. “Quando fui levantar o prémio, o operador disse-me que a lista ainda não tinha chegado mas que eu podia, se quisesse, apostar o valor que era de 2485\$00. Eu apostei só metade e quando fui, no dia seguinte, levantar a outra metade do prémio ele deu-me o dinheiro mas nunca me pediu para assinar nenhuma ordem de pagamento,” relata o apostador.

Surpreendido com a atitude, Medina soli-

citou a referida ordem de pagamento, o que lhe foi negado pelo operador com a desculpa de que naquele momento estava muito ocupado, que voltasse numa outra hora. “Quando regressiei pedi-lhe que me mostrasse a lista dos premiados e, para minha surpresa, o número 336414 do meu boletim, que tinha o carimbo número 19058 não constava da lista”. O agente confirma essa reclamação, diz ter sido anexada ao processo disciplinar, e que este não é o único caso.

Miná não se conforma e diz que agora vai até ao fim. “Eu não vou desistir. Muito pelo contrário. Vou até às últimas consequências. Se há sinais de fraude na agência, alguém vai ter de responder por isso. A única certeza que eu tenho é que joguei, ganhei e quero o meu prémio. Já contactei um advogado e vamos ter que resolver o caso nos tribunais. Eu acredito na justiça”.

O agente também já contratou um advogado e vai apresentar ao tribunal da Comarca do Porto Novo uma queixa-crime contra Miná por injúria e difamação por considerar que o seu nome foi vilipendiado na praça pública pelo jovem. José Pinto vai também solicitar ao Ministério Público que seja averiguado a existência ou não de fraude.

O caso está a dar que falar na cidade do Porto Novo e promete fazer correr muita tinta já que outros apostadores vão desafiando as suas reclamações sobre o que dizem ser “um jogo viciado”.

Sexta-feira, 11 de Janeiro de 2008

Asemana

HAN deve 5 mil contos aos seus serventes



Os serventes do quadro privativo do Hospital Agostinho Neto, na Praia, exigem uma melhoria salarial e o retroactivo da mudança de escalão, que, no caso de alguns trabalhadores, aconteceu em 2001, sem que até hoje tenham recebido o respectivo acréscimo. O montante da dívida do HAN para com os seus serventes já atingiu os 5 mil contos.

Um dos auxiliares do HAN, Pedro Baessa, conta ao **A Semana** que mudou de escalão há seis anos e até hoje não recebeu o devido salário. “Tudo ficou só no Boletim Oficial. Luto há muitos anos por um salário digno e as autoridades máximas não fazem nada, não temos informações sobre quando e como vai ser feito o pagamento. Acho que já demos tempo suficiente, agora vamos partir para a greve”, desabafa.

Cerca de 50 serventes do HAN reivindicam, desde 2001, pagamento das progressões e aumento de salário aos funcionários inscritos no quadro privativo. Na passada terça-feira, 7, a classe marcou uma manifestação pela cidade, mas, conta Pedro Baessa, “devido ao horário e também por medo de represálias, a maioria dos serventes não apareceu”. “Já reunimos com os sindicatos dos trabalhadores e vamos marcar e organizar um novo protesto. Caso o assunto não fique resolvido, vamos partir para a greve”, ameaça.

Os funcionários reclamam ainda do silêncio da direcção do hospital, chegan-

do mesmo a falar de “discriminação”. “Recebemos 12 mil escudos por mês, com desconto, e a vela é de 400 escudos, por noite. Nós trabalhamos com “vida” e isso exige muito trabalho, paciência e cautela, é uma profissão que merece mais respeito”, afirma uma servente do HAN, que não quis se identificar. E mais: “Os auxiliares de serviço que não são do quadro não têm previdência social, e o mais grave é que não temos seguros de riscos, mesmo estando sempre em contacto com todo o tipo de doenças contagiosas e sujeitos a contaminações”.

O secretário permanente do Sindicato Democrático dos Trabalhadores da Administração Pública (SINDETAP), Domingos Barbosa, explica que em 2003, foi assinado um acordo salarial com a direcção do HAN, que prometeu pagar os retroactivos em meados de 2005 e resolver todos os problemas dos funcionários. Mas até agora não foi cumprido o contrato, o que leva Barbosa a pensar que “este ajuste deve ter sido rasgado ou engavetado”. “A direcção do HAN não teve o mínimo de respeito e solidariedade para com os serventes”, acusa.

Para o representante sindical, os serventes são, de facto, discriminados. Conta que “já passaram cerca de quatro anos de muitos encontros, reuniões com o Ministério da Saúde e direcção do HAN e até agora

nada. Mas por se tratar de trabalhadores da classe mais baixa não respeitam os seus direitos. Todo o mundo sabe da greve dos Magistrados, reivindicando um aumento salarial, e como, em menos de 24 horas, tudo foi resolvido. Enquanto isso, os serventes estão na luta há mais de seis anos e com o Hospital a dever-lhes mais de 5 mil contos e não se passa nada”.

O secretário permanente do SINDETAP adianta também que a direcção do HAN utiliza todos os anos o mesmo discurso, diz que aguarda a aprovação do Orçamento do Estado para regularizar a situação dos serventes.

A nossa reportagem procurou a direcção do HAN, que garante que a situação está sob controlo e que o processo já seguiu todos os procedimentos legais. Os documentos já foram analisados pelo Ministério das Finanças, e agora só falta serem aprovados para ser feito o pagamento.

O administrador do HAN, Miguel Lopes, assegura mesmo que o processo já está quase concluído. “Já reunimo-nos com os serventes umas quatro vezes e já explicamos o procedimento, agora têm que esperar. Ainda este ano, tudo vai estar resolvido”.

Em relação ao seguro de risco, este responsável confirma que nenhum auxiliar de saúde tem cobertura, mas admite a possibilidade desse assunto vir a ser avaliado.

Jaqueline Pereira

Social

CARNAVAL dá primeiras batucadas

Falta menos de um mês para o início do Carnaval 2008. No 1º dia de Fevereiro, sexta-feira, a folia começa a tomar conta do país com os desfiles dos jardins infantis, escolas do Ensino Básico Integrado e secundárias. Em São Vicente, a temperatura aumenta na véspera, segunda-feira à tarde com o desfile do Liceu Ludgero Lima. A noite, tradicionalmente ocupada pela Escola de Samba Tropical, poderá receber apenas grupos de animação espontânea.

A data oficial do Carnaval 2008, 5 de Fevereiro, atrapalhou a maior parte dos grupos carnavalescos de São Vicente, que costumam iniciar os trabalhos depois das festas do Natal e Ano Novo. E perante mais esta prova de que os grupos não estão minimamente organizados, um dirigente de um dos chamados “grandes” sentencia: *“É impossível fazer um carnaval de qualidade em tão pouco tempo, levando em conta os fracos recursos”*.

A direcção do grupo Maravilhas do Espaço indica que não estará presente no Carnaval deste ano por razões várias. Resta então esperar por 2009 para que o Maravilhas do Espaço, que costuma primar pelo brilho e projectos arrojados, regresse em força. Já o Samba Tropical, outro peso-pesado do carnaval mindelense, avisou há muito que este ano vai fazer mais uma pausa.

Sonhos sem Limites, Estrelas-do-Mar, Monte Sossego também vão pautar pela ausência. Ou seja, dos chamados grandes mindelenses apenas o grupo *“Flores do Mindelo”* promete, teimosamente, brincar o carnaval para honrar o segundo lugar conquistado no último carnaval de São Vicente. Em estreia apenas o grupo Cruzeiros do Norte, da Cruz João Évora.

Entretanto, depois da promessa pública da Câmara de São Vicente de dotar a ilha de um estaleiro de Carnaval, que é um dos calcanhares de Aquiles da festa do Rei Momo no Mindelo, os grupos carnavalescos perguntam *“Onde é o estaleiro?”*. E quem souber da resposta que venha a público dar o endereço.

Constância de Pina



No Mindelo o Carnaval promete pouco

Enquanto a paciência se esgota !!!!

Porque somos um país insular e sobretudo à custa da paciência e da falta de alternativa dos cerca de 500 mil utentes nacionais e estrangeiros, a TACV – Cabo Verde Airlines registou um crescimento na ordem dos 2,5 a 3% no ano de 2007. Pois bem, se fosse assim o início do artigo inserido na página 14 do Jornal A Semana da sexta-feira, 28 de Dezembro de 2007, talvez eu desistisse de reclamar publicamente daquilo que em particular tenho feito com maior insistência, ao longo deste derradeiro mês de 2007, esquecendo os outros.

Quando o passageiro mais precisa de um assistente ou do chefe de escala é quando somem ora por vergonha, julgo eu porque é o que mais sinto frente a situações que tenho presenciado nos aeroportos da Praia e do Sal (os que mais frequente ultimamente) ou então retiram-se sem resolver nada e muito menos sem informar nada, ficando o passageiro que tem a sua vida programada sem nenhuma possibilidade de prever a hora da chegada ao seu destino.

O que me leva a escrever agora não é só a situação de ansiedade e a incerteza que os serviços da TACV impõem aos passageiros que na maior parte das vezes, são os únicos que ressentem as consequências dos atrasos e da falta de consideração de que são vítimas nos aeroportos nacionais, nomeadamente perda de dois dias de trabalho numa semana, perda de gozo dum fim-de-semana junto de familiares, perda de ligação com voos internacionais, problemas laborais, etc.

Porque desta vez o meu relacionamento com os TACV incluía a possibilidade de salvar uma vida, a situação levou-me ao rubro, como se costuma dizer. É grave a falta de definição de critérios para abrir excepções, sobretudo quando se trata de salvar vidas humanas.

Julgo importante fazer duas definições prévias, a primeira a minha apresentação neste caso e a segunda, o caso clínico em questão:

1. Sou Paula Fortes, anestesista em funções na Delegacia de Saúde da Ilha do Sal, trabalhando desde Fevereiro do corrente ano no Bloco Operatório, sito no Posto Clínico da ASA, Empresa de Segurança Aeroportuária.

2. Gravidez ectópica ou extra-uterina, dito de uma ma-

neira muito simples, aquela como o próprio nome indica, desenvolve-se fora do útero ou seja, o óvulo fixa-se no espaço entre o ovário e o útero, junto de uma trompa por exemplo. Com algumas semanas de gravidez, conforme o embrião vai avolumando, a membrana rompe, provocando uma hemorragia severa e se não se intervir cirurgicamente, pode levar à morte da paciente ou por anemia ou por infecção.

Sexta-feira, dia 28 de Dezembro de 2007, cerca das 09h00, a Delegacia de Saúde do Sal contactou insistentemente a TACV para providenciarem o transporte urgente de uma doente grave para a cidade da Praia, ao que respondeu que o único voo que podia transportar maca só partiria do Sal para a Praia a partir das 21h30.

Porque o caso era mesmo urgente, estando eu na Praia, cerca das 12h40 fui contactada pela Delegacia de Saúde do Sal para apanhar o primeiro voo para o Sal que se previa ser às 15h40. Às 14h30, depois de passar pelo laboratório de sangue do Hospital Dr. Agostinho Neto, munida de duas bolsas de sangue, estava no Aeroporto Amílcar Cabral para apanhar o dito voo, que já se encontrava marcado para as 16h00.

Nessa altura estando a TACV já a par da situação, paguei os dois mil escudos que o passageiro é obrigado a desembolsar quando por qualquer razão solicita a mudança de voo, mesmo quando essa mudança reverte a favor dos TACV, o que julgo ser o caso, pois o referido voo tinha muitos lugares vagos.

Enquanto esperava pelo avião que haveria de me levar à Ilha do Sal, por volta das 16h00 pelos meus meios próprios consegui saber que o mesmo ainda se encontrava no Sal; a essa hora o painel de informação do aeroporto, depois das sucessivas mudanças da praxe, já indicava a partida para as 17h00, hora a que na realidade aterrou o referido aparelho.

Para encher ainda mais a minha paciência, qual não foi o meu espanto, este mesmo avião que no Sal não aceitou a paciente em perigo de vida porque não transporta doentes de maca, permanecia na placa, agora com um atraso de 45 minutos, retirando não sei quantas cadeiras para colocar

uma maca com uma doente que seguia para o Sal já na fase de recuperação.

É caso para se dizer “*casta de critérios são esses!*”!

Quando disse à assistente de serviço que queria ter uma previsão para a minha chegada ao Sal, porque esse era um caso inclusivamente que até merecia a troca do avião que esteve na placa duas horas despachado para o Fogo pelo do Sal, ela me disse com razão que essas são situações que devem ser tratadas de instituição para instituição.

Mas o que eu pergunto é onde está a instituição TACV? Quem é a cara? Quem cumpre quando os decisores decidem? Com quem falamos quando telefonamos para os escritórios? Que é feito dos chefes de escala que antigamente resolviam todas as questões nos aeroportos?

Eram 19h05 quando o avião aterrou no aeroporto do Sal e às 19h15 já estava no Bloco operatório onde ansiosamente a restante equipa e a paciente me aguardavam.

Para a informação dos outros passageiros que estavam no aeroporto e que comigo foram solidários, felizmente a natureza e a juventude nesses casos jogam um papel muito favorável e tudo correu bem.

Pessoalmente, estou muito preocupada. Estou no Sal por motivos profissionais, tenho a minha casa e a minha família na cidade da Praia. Da última vez que fui à Praia, no dia 21 de Dezembro de 2007, o meu voo estava previsto para as 18h40, só consegui sair do Sal às 0h30 do dia 22 de Dezembro de 2007 e só consegui recuperar a minha mala às 5h00 da manhã, e para regressar é o que já se viu.

Como é que um cidadão pode programar a sua vida e cumprir com as suas obrigações quando a instituição de que mais dependemos para nos deslocarmos trata os seus clientes desta forma? Para já não referir tantas e tantas situações que no limite põem em perigo o tão desejado desenvolvimento que todos perseguimos e a imagem de credibilidade que temos vindo a tentar construir para estes 10 grãosinhos de terra.

Brincar com a vida de gente não!

Amamos ou não amamos esta terra?

Paula Fortes
Ilha do Sal, 31 de Dezembro de 2007

Sexta-feira, 11 de Janeiro de 2008

Asemana

Contra a ignorância vamos opôr a força da espiritualidade

Há uns cinco anos atrás apercebi-me que a taxa para abertura e exploração de uma livraria era mais elevada que a exigida para a abertura e exploração de uma boutique. Incredulo, perguntei porquê, e a resposta foi rápida: - *Os livros são considerados objectos de luxo.*

Não tive coragem de abrir a boca e, só fiquei pensando que perante tal premissa falsa tudo poderia vir a acontecer.

Assim, tempos depois, quando a fiscalização da mesma Câmara me enviou uma nota exigindo a retirada de uma mesa de bilhar de um espaço dedicado a restauração, não fiquei admirado quando me informaram: *É que o bilhar é um jogo de azar.*

Mas há dias fiquei deveras preocupado, quando recebi uma notificação para “proceder ao pagamento da licença do alargamento das classes da livraria que se encontra instalada na esplanada do restaurante, bem como, tomar conhecimento da multa que lhe é aplicada por transgressão ao art. 79º do Código de Postura Municipal, no valor de 50.000\$00, por esta se encontrar a funcionar ilegalmente. Mas fiquei deveras preocupado não por causa da multa aplicada a algo que não existe mas pelo facto do art. 79º dizer pura e simplesmente: o disposto nesta sub-secção não isenta o infractor de outras sanções previstas na lei.

Numa tentativa de esclarecimento oral deparei-me com pessoas muito importantes, muito ocupadas entre papéis e telemóvel, olhando de esguelha e insinuando a palavra não por tudo e por nada.

Meu Deus! Eu estava a ser multado para poder ser multado, e havia no texto uma ameaça velada ao meu comportamento futuro.

Fechei os olhos e observei a ditadura, as acções pidescas e o grande ego da ignorância. Muita gente dizendo não, não, não.

É grande e feio, de facto, essa ignorância. Mas também é importante que saibamos que ela é fruto de uma educação devidamente elaborada para o efeito, e que portanto pode ter solução se forem alterados os objectivos.

Temos de dar atenção ao facto de que na luta para o desenvolvimento os governos se comprometem exclusivamente com a parte exterior estatisticamente visível e numerável.

Existe uma matriz económica com uma probabilidade de entrada X e uma probabilidade de saída Y e o desenvolvimento será normal e a governação considerada boa se a saída for igual a Y mais ou menos 5 por cento (chuto)

Penso que uns 99% da actividade do Governo e das suas instituições trabalham com o fim de aumentar as posses de cada um, levando a população a evoluir da cavala para

o caviar, de um telemóvel para quatro, sendo um da cor de cada vestido e outro da cor da cuequinha, da modesta árvore de Natal do ano anterior para a maior árvore do país, do carro azul para o verde, de mudar do Benfica para o Sporting, etc, etc.

A arte de governar é a arte de cumprir esse objectivo com eficiência e eficácia, em muitos casos partindo mesmo da inexistência da cavala.

Há um grande problema, no entanto, é que para atingir esse objectivo o governo precisa de desenvolver o ego da nação e da população e fá-lo através da educação necessária ao uso do computador biológico que é a mente e, por conveniência, não nos ensina a pará-lo permitindo o uso do 1% que resta para a exploração do interior.

O nosso governo está perfeitamente inserido neste sistema e daí a boa governação, às vezes, mesmo demasiado boa, servida por uma rede poderosa por onde circula livremente tudo o que permite o desenvolvimento do ego e trava tudo o que vem do sentimento.

Não é à toa que alguns têm a consciência que as dificuldades são pesadas e quase inultrapassáveis por aqueles que trabalham na legalidade, criam riqueza, agem em consciência, isto é, pertencem ao grupo minoritário

de possuidores de energia capaz de mudar positivamente o mundo.

Esse grupo minoritário que diz sempre sim, dizendo não só quando não é possível dizer sim, é um grupo perigoso para a sociedade das aparências que com a ajuda da mente vai projectando e iludindo-se com o que vai acontecer amanhã.

Aja com a cabeça, pense, use a mente, é o que nos ensinam e exigem, porque o pensamento é uma actividade onde nada acontece e a mente funciona sempre de forma negativa; é um cão de guarda que proíbe, que tem como função dizer não, esse não que alimenta o ego tornando-nos em alguém poderoso cheio de bens exteriores e preparado para guardar posições.

Assim se justifica o facto da ignorância ser grande e circular à vontade, ela é do interesse do “desenvolvimento” e portanto apoiada e desenvolvida pelos governos.

Na verdade, ninguém me anda a perseguir: a perseguição é aos livros enquanto instrumentos capazes de nos mostrar um caminho para o sim, para o nosso interior, para o nosso eu, que não precisa de telemóvel nem da maior parte das coisas que a democracia tem para nos oferecer em troca da nossa liberdade.

Carlos Araújo

Ponto de Vista

PAÍS DE DESENVOLVIMENTO MÉDIO OU RENDIMENTO MÉDIO?

A partir do dia 1 de Janeiro do corrente ano, Cabo Verde passou a integrar-se num grupo de países que, pelas condições específicas que reúnem, se situam no estágio de classificação média, em conformidade com as decisões das Nações Unidas.

Efectivamente, os países pobres, antes classificados de subdesenvolvidos – chamados terceiro mundo – a partir dos anos oitenta, para lhes retirar o sentido pejorativo do termo, passaram a integrar o grupo PMA – países menos avançados – inicialmente constituído por 25 países e hoje com quase 50, grupo a que Cabo Verde pertencia. Estes países beneficiam de um conjunto de facilidades, quer nas suas transacções, quer no benefício de importantes ajudas públicas ao desenvolvimento e, ainda, de empréstimos concessionais, atendendo às suas fragilidades económicas e sociais, entre outras.

O nosso país que, entretanto, no momento da sua independência tinha imensas carências, com um rendimento médio por pessoa à volta dos 200 dólares, com o analfabetismo a superiorizar-se os setenta por cento, com o sector da saúde demasiadamente frágil, tanto infra-estruturais quanto em recursos humanos, materiais e equipamentos, enfim, um rosário de fraquezas de toda a ordem, soube muito bem aproveitar-se das referidas facilidades que nesse quadro obteve, o que lhe veio a merecer o reconhecimento da ONU que, através de uma decisão de 2004, lhe outorga o grau que lhe confere uma cadeira no grupo de países outrora seus doadores.

As Nações Unidas, para tal classificação, tem em conta, basicamente, três elementos, quais sejam, o rendimento

per capita, o grau do desenvolvimento humano e a capacidade de sustentação – vulnerabilidade – do estatuto que se pretende atribuir.

Sem pretender entrar na parte miúda da questão, todavia, o último elemento desse tripé, mormente pela sua implicação nos restantes, deve merecer alguma atenção da parte dos cidadãos, mas, sobretudo, da Comunidade Internacional, pois, tal deriva de razões que ultrapassam a capacidade humana, que apenas pode minimizar os seus efeitos. Referimo-nos, no caso concreto de Cabo Verde, à situação geográfica, à insularidade, à arquipelágica e, para cúmulo, ao clima cada vez mais agreste que abate sobre a zona em que nos inserimos. Particularmente no facto de ser arquipelágico, com nove ilhas habitadas, tudo tem de ser multiplicado por, pelo menos, nove, tanto quanto o número de ilhas habitadas, a par de ausência de recursos naturais ou pelo menos conhecidos.

Porém, não obstante esse merecido reconhecimento dos nossos parceiros bilaterais e multilaterais e os elogios que nos chegam de todos os lados, por estes e outros importantes ganhos que o país vem somando nos últimos anos, há quem, de má-fé ou desconhecimento, vem apoucando este que, a par da independência nacional, é o maior acontecimento que a história regista, fruto do nosso esforço, de braço dado com os países-amigos que desde sempre nos apoiam.

Intriga-nos ouvir pessoas, até com responsabilidade, a interrogarem-se sobre se se trata de PDM ou PRM, respectivamente, Países de Desenvolvimento Médio ou Países de Rendimento

Médio, como se acaso não soubessem que há diferença substantiva entre as duas expressões. Para PRM, já agora, bastaria ter em conta o rendimento per capita, a cujo resultado se chega pela simples divisão do PIB pelo número de habitantes.

Hoje Cabo Verde pertence ao grupo de Países de Desenvolvimento Médio e se dúvidas há, em vez de colocá-las na comunicação social, recomenda o bom senso que se informe junto de pessoas eventualmente munidas de mais e melhores informações, salvo, claro, se as intenções são, à priori, inconfessas. Trata-se de um reconhecimento justificado pelos importantes ganhos havidos no sector do ensino, da saúde, na diminuição da pobreza, na consolidação da democracia e no respeito pela pessoa humana. Mas também pelo ambiente de paz e boa convivência social, isto sem menosprezo pelos ainda persistentes constrangimentos que afectam a nossa sociedade, dentre os quais sobressai o elevado nível de desemprego, mas que, tal como os outros desafios, certamente serão, paulatinamente, minimizados. Trata-se de um problema de distribuição de rendimentos e que impõe-se equacionar e encontrar formas de um melhor equilíbrio, mas que deve ser tratado num outro espaço, nomeadamente, quando se esteja a formular políticas sociais. Não cremos ser necessário que alguém venha de longe para nos virem explicar se se trata de Desenvolvimento ou de Rendimento, pois, como sói dizer-se, fica mal ignorar o óbvio.

De todo o modo, a nossa integração no grupo situado num patamar mais elevado, convém interiorizar, não significa receber mais fundos. Os cabo-verdianos

devem deixar de perguntar, como já se ouve de muita boa gente, o que vamos receber com esta nova condição, mas, sim, pensar como podem tirar proveitos dela. Será acção e não inactivamente esperar por dons que, pelo contrário, vão ser cada vez mais escassos. Os ganhos são morais e de elevação do nosso ego.

São estes e outros acontecimentos havidos, mormente os dos últimos dois anos, que nos devem fazer sentir cada vez mais orgulhosos de sermos cidadãos deste país, oásis no meio deste mundo turbulento e de incertezas de toda a ordem, e passarmos a ser mais optimistas e pró-activos, em atitudes e comportamentos. É urgente a recuperação dos valores básicos que sempre foram cultivados por aqueles a quem sucedemos, quais sejam a auto-estima, o civismo, a educação, o trabalho, a boa vizinhança, ou seja, cultivar hábitos que contrariem valores negativos que, a todo o custo, querem instalar-se e que, se não forem arredados, podem minar os esforços empenhados de alguns que insistem em obter resultados que orgulham, ou deviam orgulhar, a todos nós.

Há coisas na vida de um povo que, pela sua importância e impacto, não podem, ou, pelo menos, não devem ser apossadas nem partidárias, pois, elas, como todos os fenómenos sociais, são fruto de gerações e não de espontaneidade ou de factos circunstanciais. Todos nós somos convocados a aclamar, com responsabilidade, este lindo momento, para o qual, também, contribuímos, mesmo que modestamente.

Mindelo, Janeiro de 2008
Fausto Delacth Mendes
delacthmendes@gmail.com

Asemana Sexta-feira, 11 de Janeiro de 2008

Ponto de Vista

Restaurante Cadamosto no Sal recusa atendimento a nacionais

Dirigi-me com a minha família para almoçar no Restaurante Cadamosto no Sal no dia 4 de Janeiro. Pelas 12h solicitei um café e o menu do almoço. O empregado (um tal Simão, pelo que me disseram) informou-me: “*nu sta bisy ma nu ta odja si nu ta sirbi nhos almoso*”. Quando a minha restante família veio ter comigo encomendámos o almoço e o tal empregado foi providenciá-lo. Eram 12h15 minutos. Passados dois minutos regressa afirmando “*infelizmente não vos podemos servir porque está a chegar uma excursão de turistas*”. Espantado, questionei:

“*Mas vocês servem ou não servem almoços a qualquer pessoa, turista ou não? São ou não um restaurante aberto ao público em geral?*”. Resposta pronta: “*Somos*”. “*Então porque não nos podem ser-*

vir?”, perguntei. “*Não podemos, porque acabaram de me telefonar e temos de servir os turistas primeiro*”. “*E não nos podem servir o mesmo que os turistas?*”, perguntei. “*Não, responde o tal Simão, porque aos turistas servimos carpaccio, seguido de massa e de peixe grelhado. Depois disso eles passeiam na areia e, se quiserem, só nessa altura é que vos podemos servir. Essa comida é só para eles*”.

De notar que, de facto, o menu do restaurante é uma folha solta A4 com 7 ou 8 opções e mais nada. “*E porque é que não nos servem já?*”, perguntei. “*Porque temos todas as bocas de fogão ocupadas e não os podemos fazer esperar, por causa do nosso contrato*”, respondeu. Perguntei: “*Então porque aceitou o nosso pedido antes?*”. Resposta ridícula e desarticulada.

Depois de reclamar e de ser informado, pelo empregado, que o sistema é o mesmo de 1991 (o que é falso porque sou salense de gema e o Cadamosto não existia nessa data e tão pouco esse empregado que até há 5/6 anos ainda servia em restaurantes na Praia), solicitei o livro de reclamação e sou informado que “*nu ka ten livro de raclamason pamodi nu ka kustuma ser raclamado*”.

Resultado: A um salense é recusado o atendimento na própria ilha porque se atende primeiramente a turistas (no caso até estava em turismo também porque resido na Praia) e com arrogância porque o serviço é impecável (nunca houve reclamações) e pobre de nós que não temos uma instituição responsável pela fiscalização desses desvaios.

Leitor Identificado

CRÓNICA SOBRE SANTO ANTÃO

Embora vivendo fora de Santo Antão, acompanho à distância a evolução política, económica, social e cultural da Ilha, para me manter informado sobre tudo o que lá se passa, sem outro objectivo que não seja o amor à terra que me viu nascer.

Neste sentido segui atentamente os noticiários sobre a visita de trabalho que o Primeiro-Ministro efectuou àquela Ilha em Dezembro passado, percorrendo várias localidades dos três Concelhos para auscultar as necessidades das populações, visitar obras em curso, inaugurar outras e quiçá programar mais benfeitorias. Em três dias o Dr. José Maria Neves pôde fazer tudo isso. Quem conhece Santo Antão sabe que percorrer aqueles sítios todos em tão pouco tempo, muitas vezes a pé, exige um grande dispêndio de energia física, que só um jovem, cheio de entusiasmo, pode efectuar. Naqueles dias, gostei de ouvir uma declaração do Chefe do Governo segundo a qual há um forte empenhamento deste Executivo em elevar os patamares de desenvolvimento económico e social de Santo Antão, de modo a tornar a Ilha uma das mais prósperas de Cabo Verde. Aleluia! Foi a forma como reagiu, ao ouvir pela primeira vez, da boca de um governante, aquela agradável declaração. Neste espaço, reitero aquela forma de exteriorizar a satisfação sentida e aproveitamento para agradecer, por mim, essa louvável intenção manifestada pelo Governo em prol da Ilha, que efectivamente possui todas as condições para ser próspera e proporcionar mais felicidade e bem-estar aos seus habitantes, tradicionalmente ordeiros, respeitadores e trabalhadores.

Mas, o mais importante tem a ver com o facto de saber que essa declaração não é falácia, com fins eleitoralistas, pois é sustentada com factos bem visíveis e tangíveis no terreno, o que a torna credível e bastante merecedora da confiança de quem a ouve e esteja efectivamente interessado em ver Santo Antão a andar para a frente. Senão, vejamos:

Imaginar há pelo menos 20 anos atrás que a Ribeira das Patas viesse a ter um Liceu podia parecer uma heresia, mas a verdade é que não era, porquanto ele já lá está, inaugurado de fresco pelo próprio Primeiro-Ministro e ao serviço da população, que não se conteve de alegria e soube manifestar a sua gratidão, pela grande “*prenda de Natal*” que recebeu nas vésperas do nascimento do Menino Jesus. O mesmo aconteceu em relação a outro bom Liceu, há meses inaugurado no Paúl. Há dois anos, também tinha sido inaugurado o Liceu de Coculi, no Concelho da Ribeira Grande, considerado um dos melhores de Cabo Verde.

O Presidente da Câmara Municipal do Porto Novo, aproveitando o ensejo que a inauguração do Liceu lhe proporcionou, ousou lembrar ao Chefe do Governo que o desenvolvimento da cidade já justifica que nela se instale um Pólo Universitário. Pensei que o Primeiro-Ministro fosse enjeitar a ousadia, mas aceitou-a com naturalidade e tomou nota, dando a entender que ia pensar no assunto. Portanto, não admira que o Ensino Superior venha a ser uma realidade no Porto Novo, talvez a breve prazo.

E quem pensaria que qualquer dia se poderia percorrer, pela orla marítima, vinte e tal quilómetros em estrada asfaltada e de concepção moderna, ligando a

localidade da Janela (Concelho do Paúl) à cidade do Porto Novo? Pois, dentro de poucos meses essa bela e importante infraestrutura rodoviária, que neste momento já pode ser transitada por automóveis, será inaugurada, provavelmente com a solenidade devida que o acto merece. Vai ser uma das melhores e mais longas estradas de Cabo Verde, pois estabelecerá ligação Janela/Ponta do Sol pela antiga estrada, que posteriormente poderá ser beneficiada com asfalto.

Com toda a naturalidade deste mundo, ouvi da boca do Ministro das Infraestruturas uma importante declaração, proferida na Assembleia Nacional, segundo a qual Santo Antão poderá ter um bom Aeroporto, ainda nesta Legislatura, que se situará nos arredores da cidade do Porto Novo. Os respectivos estudos serão concluídos em 2008 e as obras terão início em 2009. Essa será, bem como a estrada Janela/Porto Novo, uma obra estruturante e de grande impacto turístico, decisiva para o desenvolvimento económico da Ilha.

A Ministra do Ambiente e Agricultura já tinha declarado, e o Ministro das Infraestruturas confirmou, também na Assembleia Nacional, que estão em construção os trabalhos de correcção torrencial nos Vales da Ribeira da Torre e Alto Mira, obras que serão de um valor extraordinário, mais do que se pensa, pois além de evitarem o assoreamento dos Vales, bem como os efeitos erosivos que as grandes cheias provocam, contribuirão para a retenção de grandes quantidades de água que vão desaguar todos os anos ao mar, e desta feita solucionar a grande carência hídrica que existe naquelas localidades. Mas é preciso ter em conta que os caudais de água que correm anualmente para o mar nesses Vales, são de efeitos vorazes e devastadores, pelo que as obras deverão ser concebidas e executadas com todo o rigor técnico, obedecendo aos padrões normais adoptados noutras paragens.

Dois Nós Rodoviários, um na Vila da Ribeira Grande e outro na Vila das Pombas, (Concelho do Paúl), vão ser construídos brevemente, estando já com financiamentos garantidos e prontos para começarem. São duas obras de arte, que vão trazer grande beleza àquelas Vilas, tendo a função de evitar as interrupções anuais do trânsito (automóvel e pedestre), na época das cheias, provocadas ciclicamente por grandes chuvadas.

Mais estradas estão em curso ou programadas para terem início ainda no corrente ano. São as seguintes: a de penetração no Vale da Ribeira da Torre, que já conta com o lançamento da sua primeira pedra, em cerimónia pública realizada aquando da visita do Primeiro-Ministro; o troço de ligação Manta Velha à localidade turística de Cruzinha, passando por Chã de Igreja, obra que beneficiará grandemente o Vale da Garça, na Freguesia de São Pedro Apóstolo, Concelho da Ribeira Grande; troço já começado, que ligará Chã de Manuel de Santo à Igreja, desencravando finalmente a bela, turística e rica localidade de Cabo de Ribeira, no Vale e Concelho do Paúl; e finalmente, a previsão para se construir muito em breve uma longa rodovia que ligará Porto Novo a Tarrafal de Monte Trigo, atravessando todo o Planalto Sul, região agrícola muito produtiva quando chove e que pela sua bela panorâmica poderá representar um pólo de grande atracção turística.

O Cais Acostável do Porto Novo será ampliado proximamente e sofrerá grandes melhoramentos. São obras necessárias e urgentes, pois aquela importante infraestrutura portuária tem um movimento espantoso de cargas e passageiros, nos dois sentidos (Porto Novo/São Vicente/Porto Novo) e já se mostra ultrapassado devido ao aumento crescente do tráfego que diariamente suporta.

Está para ser iniciada brevemente a construção de um grande reservatório de água para rega em Pedra das Morsas, Vale do Paúl, cuja cerimónia de lançamento da primeira pedra contou com a presença do Chefe do Governo.

De se mencionar igualmente, para terminar esta longa resenha de realizações, que no Porto Novo foi instalada, e já labora, uma grande dessalinizadora para abastecimento de água potável à cidade, que constituía uma necessidade premente e inadiável.

Caso para se dizer que ar fresco chegou finalmente a Santo Antão e que a partir de agora nada será como dantes. Mas, porque nem tudo nesta vida são rosas, não posso deixar de abordar o preocupante problema das pragas (“*mil pés*”, “*mosquinha branca*”, etc.), que vêm dando cabo das plantações de regadio, prejudicando a produção de tubérculos, raízes (ex. a mandioca), legumes, coqueiros e outras árvores de fruta, etc. Ultimamente até a bananeira (que tinha sido poupada) foi seriamente afectada, fazendo diminuir consideravelmente a produção de bananas, que até aqui vinha “*desenrascando*” os agricultores, já a braços com outras dificuldades. Urge, pois, tomar medidas em ordem a combater essa situação, investindo um pouco mais no estudo e combate científicos para se erradicar esse terrível flagelo, antes que a situação se torne irreversível.

A praga dos “*mil pés*” levou o Governo a tomar uma medida extrema, proibindo expressamente a circulação pelas outras Ilhas, à excepção de São Vicente, dos produtos agrícolas e plantas procedentes de Santo Antão, evitando a transmissão da praga hoje quase endémica às restantes parcelas do território nacional. A Ilha continua assim de “*quarentena*” há aproximadamente 20 anos, o que desagrada a população, prejudica economicamente os agricultores e incomoda as pessoas, principalmente quando os passageiros que viajavam via aérea, na altura em que o Aeroporto da Ponta do Sol estava operacional, tinham que se sujeitar ao vexame de verem as suas malas abertas e passadas a pente fino, à procura praticamente inútil de tudo o que pudesse transportar o miriápode, como é cientificamente conhecido. Mas acho que esse tempo já passou e agora as coisas deverão entrar na normalidade, pois o Governo está providenciando uma solução para o problema.

São fenómenos naturais de que ninguém tem culpa, principalmente quando não existem os meios humanos e científicos suficientes para se efectuar um combate eficaz a essa praga.

Voltarei noutra oportunidade para dar mais informações, pois de certeza que a boa evolução das coisas as vai exigir.

Praia, 08 de Janeiro de 2008.
Jorge de Oliveira Lima

Sexta-feira, 11 de Janeiro de 2008

Asemana

Carta do Leitor